

# "AD" derrotada nas presidenciais

**O PCP analisa os resultados eleitorais: nota da Comissão Política do Comité Central — Pág. 3**

**Quadro comparativo dos resultados das eleições legislativas de 5 de Outubro e das presidenciais — Páginas centrais**

**Uma pequena antologia das ameaças, dos insultos, das mentiras que caracterizaram a campanha da «AD» — Pág. 12**

**O escândalo RTP e RDP: uma macabra e sinistra tentativa de manipulação — Pág. 5**

**O colapso do esquerdismo — Pág. 5**

**MPLA:  
ANIVERSÁRIO  
EM VÉSPERAS  
DE CONGRESSO**

- O povo angolano empenhado no reforço do seu Partido e no avanço da sua Revolução

Pág. 10

**COMO A «AD»  
VAI REVENDO  
A CONSTITUIÇÃO  
A SEU JEITO**

- O caso de 37 empresas e 12 sectores do distrito de Lisboa

Pág. 9



## Editorial

## NOVA SITUAÇÃO NOVAS TAREFAS

O Povo português, numa grande demonstração de civismo e maturidade política, disse no domingo a palavra necessária e decisiva para travar o passo à reacção e assegurar a continuidade do Portugal de Abril.

As eleições presidenciais saldaram-se por uma estrondosa derrota das forças reacçãoárias personificadas na candidatura do general Soares Carneiro e pela consequente vitória da democracia e da liberdade na pessoa do Presidente Ramalho Eanes.

O resultado das eleições abalou de maneira visível as melhores esperanças da reacção.

A rotunda derrota do general Soares Carneiro, entranhadamente comprometido com o regime colonial-fascista de Salazar e Caetano, é pesada de consequências para a causa dos inimigos do 25 de Abril, impede para já a monopolização e manipulação absolutas do poder político pelas forças reacçãoárias e representa de facto um profundo golpe nos planos subversivos da «AD» para destruir o regime democrático e implantar no País uma nova ditadura.

A Aliança reacçãoária — «AD» — e a candidatura do «general de S. Nicolau» fundiram-se tão intimamente, identificaram-se de maneira tão estreita nos seus destinos e nos seus objectivos, que a derrota de uma não poderia deixar de arrastar a derrota da outra.

Na verdade, a derrota eleitoral do candidato da reacção foi, na sua expressão política mais profunda, uma verdadeira derrota da «AD».

A própria legenda propagandística da candidatura de Soares Carneiro: «Um Governo, uma maioria, um presidente», vale como verdadeiro símbolo de uma ansiada e derrotada sintonia absoluta dos órgãos de poder político sob a batuta da «AD» que se tornara essencial à consumação do seu plano subversivo contra a democracia.

E hoje compreende-se muito bem porquê, derrotada de maneira concludente a candidatura de Soares Carneiro, os chefes e os escribas encartados da reacção buscaram com afã salvar a «AD» da barca afundada do seu candidato às presidenciais.

DA derrota da «AD» e de Soares Carneiro há que tirar desde já algumas lições. Uma, de inegável importância política, é a do significado e valor dos números.

O general Ramalho Eanes obteve na reeleição de 1980 a maioria absoluta de 56,4%, com mais de 3 248 800 votos — mais 931 700, ou seja: mais 30% que o candidato da «AD». Esta votação superou em 281 700 votos a de 1976.

São números significativos.

Os principais dirigentes da Aliança reacçãoária esforçaram-se antes, como é sabido, por tingir, com cores de tragédia nacional a hipótese já então muito forte de uma derrota certa do seu candidato e da vitória do candidato que mais possibilidades reunia para o derrotar. Sobre tudo, a recomendação de voto dos comunistas em Ramalho Eanes — não porque apolassesem a sua política e a sua actuação enquanto PR, mas porque era a única alternativa para derrotar o candidato dos partidos da reacção — pô-lo fora de si.

O falecido Sá Carneiro disse mesmo nos últimos dias que o voto dos comunistas em Eanes era «indiscutivelmente o facto político mais grave ocorrido no nosso País depois dos acontecimentos de 1975». (!!!)

Os chefes da «AD» procuram agora depois da derrota esconder aos olhos dos portugueses duas, entre algumas outras, das realidades mais amargas e incómodas para a Aliança reacçãoária.

Uma interna: a da evidente contracção da base eleitoral da «AD» apenas dois meses depois de uma vitória eleitoral que teve a marca de todo um comportamento antidemocrático da coligação governamental;

Outra externa: a da amplitude do espectro (político, nacional e social) da votação vitoriosa no general Eanes que criou uma situação nova favorável à defesa das instituições democráticas, da Constituição da República, da liberdade dos portugueses perigosamente ameaçadas pela política e os maneios golpistas da direita governante.

NA votação do general Ramalho Eanes está seguramente o milhão de votos dos comunistas e da APU — não se trata, como é sabido de nenhum «golpe secreto» dos comunistas mas uma correcta decisão larga e publicamente explicada cujas superiores razões políticas foram claramente afirmadas pelo Comité Central do PCP quando decidiu retirar a candidatura do camarada Carlos Brito.

Mas a reacção procura ludir o facto de centenas de milhares de eleitores que há dois meses votaram na «AD» terem resolvido agora juntar o seu voto aos dos comunistas e das forças apoiantes da candidatura do general Ramalho Eanes, para cortar o passo aos planos subversivos das forças reacçãoárias.

A análise ponderada da votação no actual Presidente da República revela factos tão esclarecedores e significativos como os que se seguem:

Mesmo nos 8 distritos onde o candidato da «AD» obteve a maioria absoluta dos votos, distritos onde é mais sentida a pressão reacçãoária e caciquista que ali fortemente condiciona os votos dos cidadãos, o sentido inequívoco do voto é de grandes perdas da reacção relativamente às eleições legislativas de há dois meses. Nos distritos de Aveiro, Bragança, Guarda, Leiria, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu e na Região Autónoma da Madeira, a maioria «AD» em 5 de Outubro caiu de 52,1% para 23,9% na eleição de 7 de Dezembro e de 484 529 votos para 176 531.

Em 12 distritos, como se sabe, a votação do Presidente da República foi largamente maioritária.

Nos 4 maiores distritos industriais (Lisboa, Porto, Setúbal e Braga) a votação da «AD» caiu de 1 283 574 votos em 5 de Outubro para 1 075 752 em 7 de Dezembro, enquanto a da APU e FRS no seu conjunto subiu de 1 521 959 para 1 803 911 na votação do general Eanes.

Nos 4 distritos rurais mais importantes da zona de intervenção da Reforma Agrária (Beja, Évora, Portalegre e Santarém) a votação da «AD» caiu de 218 391 votos em 5 de Outubro para 183 061 em 7 de Dezembro.

Estes 8 distritos são também como se sabe de forte implantação do PCP.

Nos 3 distritos de composição mista do centro e sul do País (Coimbra, Faro e Castelo Branco), a votação da «AD» caiu de 276 632 votos em 5 de Outubro para 225 352 em 7 de Dezembro.

Finalmente nos Açores a votação na «AD» passou de uma maioria de 49,1% sobre as da FRS e APU conjuntas em 5 de Outubro para uma minoria de menos 29,5%, nas presidenciais.

A votação maciça em Ramalho Eanes exprime uma clara opção democrática do Povo português, uma clara recusa popular ao projecto golpista da Aliança reacçãoária contra o regime democrático.

OUTRA importante lição das eleições presidenciais de domingo é a do fracasso do divisionismo e afundamento do esquerdismo.

A insignificante votação em Oteló Saraiva de Carvalho e os ridículos números da votação de Aires Rodrigues mostram como o Povo português e em particular os trabalhadores amadureceram politicamente desde as eleições presidenciais de 1976.

Os resultados de uma eleição não são a única nem por vezes a mais segura forma de medir força e influência de uma qualquer formação política. O processo eleitoral é sempre sujeito a factores conjunturais que podem não reflectir ou reflectir de uma outra forma a justeza da orientação e a verdadeira consistência de uma força política.

Mas as eleições são uma forma importante de aferição destes valores e o processo do esquerdismo em Portugal ilustra-o de maneira expressiva.

Depois da queda dos votos esquerdistas nas eleições de 5 de Outubro a de 7 de Dezembro representa igualmente uma nova e concludente derrota do esquerdismo e dos seus luminares em Portugal. Outras iniciativas divisionistas sofreram também uma retumbante derrota.

Mais sabiamente e mais depressa que certos homens ditos esclarecidos das formações esquerdistas, os trabalhadores fazem o justo balanço político das propostas irrealistas e pseudo-revolucionárias e divisionistas do esquerdismo e viram-lhe definitivamente as costas.

O enterro das ilusões e ambições otelistas é um dos resultados mais importantes das eleições do dia 7. Desses resultados as massas populares, os trabalhadores retiraram novas e necessárias lições para o futuro. Também no Portugal de Abril o processo do esquerdismo é um processo de derrota.

A diferença entre o verbalismo pseudo-revolucionário e a linha consequente e firme de defesa da democracia e da Revolução que é a do PCP foi de novo evidenciada com nitidez nas eleições presidenciais do dia 7.

A derrota da «AD» e do seu candidato não significou a desapareição dos perigos que ameaçam a nossa democracia. Os resultados eleitorais de domingo mostram que o Povo português e as suas instituições democráticas se vão tomando politicamente adultos.

Mas a derrota da Aliança reacçãoária não lhe retirou o controlo da máquina do Estado nem

a possibilidade de fazer aprovar leis anti-democráticas.

O plano subversivo da reacção sofreu uma importante derrota mas continua activo nas manobras da direita e da extrema-direita em Portugal e nas intrigas do imperialismo.

A confluência de vontades que está na base da eleição do general Eanes deve ter o seu desenvolvimento lógico e necessário no reforço da unidade e do entendimento entre todos os democratas, patriotas e antifascistas para a defesa da democracia e para a solução dos graves problemas que afectam o País por efeitos da política desestabilizadora das forças reacçãoárias detentoras do Governo e da maioria parlamentar.

É uma unidade necessária e possível. O plano subversivo da reacção não foi desmantelado. As declarações ameaçadoras dos dirigentes mais qualificados da «AD» mostram que as manobras e a ofensiva contra o regime democrático e o 25 de Abril vão continuar.

Freitas do Amaral proferiu palavras que denotam o firme propósito de levar por diante a guerrilha institucional que caracterizou a política da AD sob a direcção de Sá Carneiro nos últimos tempos.

O golpismo não morreu no trágico acidente que vitimou o Primeiro-Ministro e o ministro da Defesa.

A defesa da repugnante situação na comunicação social estatizada, justamente verberada pelo Presidente da República, proporcionou ao presidente do CDS novos insultos e ameaças contra as instituições democráticas e contra o próprio Presidente da República.

É contudo importante sublinhar que o traço característico da hora actual não é o da ofensiva da reacção mas o da sua defensiva; não é o da sua vitória mas o da sua derrota.

A consciência disso criará novas condições para levar avante o combate democrático e para assestar novas derrotas às forças reacçãoárias.

Transformar em definitivo o que é ainda transitório é, pois, uma tarefa de todos os democratas e antifascistas e em primeiro lugar dos comunistas portugueses.

Para examinar a situação resultante das eleições presidenciais e definir a orientação do Partido na nova fase da vida política nacional reúne-se hoje o Comité Central do PCP.

O traço característico da situação actual abre possibilidades novas para o reforço e alargamento do movimento popular e democrático e do movimento operário.

Na exploração destes novos caminhos do combate democrático o papel dos comunistas é de importância primordial.

A fase que acabamos de viver pôs de novo à prova a capacidade política e operativa dos comunistas.

Sem triunfalismos, mas armados com os êxitos da luta democrática do Povo português, será naturalmente preocupação do nosso Comité Central fazer um balanço aprofundado da importante jornada de luta que acabamos de viver.

A derrota eleitoral da «AD» no dia 7 deve significar o prelúdio de novas e mais importantes derrotas da reacção, de novas e mais importantes vitórias da democracia e do Povo português em defesa do Portugal de Abril.

## A morte do Primeiro-Ministro

Como é do conhecimento público, um trágico acidente de aviação vitimou, ao princípio da noite da passada quinta-feira, o Primeiro-Ministro. No acidente pereceram igualmente o ministro da Defesa e dirigente do CDS, Amaro da Costa, o chefe de gabinete do Primeiro-Ministro, Patrício Gouveia, as senhoras Snu Abecassis e de Amaro da Costa, e os dois pilotos, Jorge Albuquerque e Alfredo de Sousa.

O acidente verificou-se cerca das 20 e 30, um minuto depois da aviação particular em que viajavam aqueles membros do Governo ter descolado do Aeroporto de Lisboa. O aparelho embateria contra uma casa de habitação, vindo a despenhar-se numa rua de um bairro de Camarate.

Sá Carneiro e comitiva dirigiam-se ao Porto onde, nessa noite, deveriam participar num comício eleitoral de apoio à candidatura de Soares Carneiro, na véspera de encerramento da campanha eleitoral.

Em virtude do trágico acontecimento foi decretado luto nacional de cinco dias. Nos Centros de Trabalho do PCP a bandeira nacional esteve, durante este período, colocada a meia haste.

Registe-se, ainda, que nesse mesmo dia quase todos os candidatos às eleições presidenciais, decidiram cancelar as suas iniciativas eleitorais. Idêntica atitude foi tomada pelo PCP, que cancelou as iniciativas que tinha programadas para os derradeiros momentos da campanha, apesar de já ter formalizado a desistência da candidatura do camarada Carlos Brito. Esta decisão foi, aliás, afirmada nos termos de uma Nota do Secretariado do Comité Central do PCP, difundida pouco depois de se ter verificado o acidente, e em que se afirmava:

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, lamentando o trágico acidente de aviação que vitimou o Primeiro-Ministro e o ministro da Defesa, e em face do clima criado por esse acontecimento na vida política nacional, ao mesmo tempo que confirma a orientação de voto expressa na recente reunião do Comité Central e na declaração de decisão autêntica do candidato do PCP, resolve cancelar todas as iniciativas da sua campanha eleitoral ainda programadas até ao dia das eleições.

## IDEOLOGIA E POLITICA

Vadim Kortunov

O ANTICOMUNISMO DE TRUMAN A NIXON



Profunda investigação sobre a luta irreconciliável que a ideologia marxista-leninista trava contra a ideologia burguesa, no campo internacional.

edições Avante!

## POVO LUTA CULTURA

daqui partimos

para as nossas iniciativas editoriais

Até amanhã camaradas  
Manuel Tiago  
Obra completas de  
SOEIRO PEREIRA GOMES

edições Avante!

## Visite a nova livraria do Centro de Trabalho Vitória

em Lisboa na Avenida da Liberdade

de 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup>-feira  
das 10 às 22 h  
ao sábado  
das 10 às 19 h

Com novo equipamento  
e com novas instalações  
a nova livraria do C. T. Vitória  
tem de tudo para as suas  
ofertas de Natal

edições Avante!

coleção

DOSSIER

DOSSIER ANTI COMUNISMO

a distribuição

Avante!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1995 Lisboa CODEX. Tel. 788345  
ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — 1000 Lisboa. Tel. 789744/789751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1995 Lisboa CODEX. Tel. 789725/789722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — 1000 Lisboa. Tel. 779829/779825.  
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/V — 1000 Lisboa. Tel. 789705. Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal.  
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 28938.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º

Esq. — 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º

de Maio 185, Pedreira — 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26351.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º

de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa.

Tel. 776936/776750. Porto — Rua do

Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto.

Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700

Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heika

Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média no mês de

Novembro: 64 712

# O PCP e os resultados das eleições presidenciais

**1** Os resultados das eleições presidenciais constituem uma estrondosa derrota das forças reaccionárias e do seu plano subversivo.

Com a vitória do General Eanes foi afastada a ameaça iminente da tomada total dos órgãos de poder pelas forças reaccionárias, o que lhes permitiria lançar-se a uma ofensiva visando a liquidação completa das conquistas de Abril e do regime democrático.

**2** A candidatura do general Soares Carneiro estava plenamente identificada com a «AD». A derrota de Soares Carneiro significa que o povo português condenou firmemente com o seu voto a política da «AD» e do seu governo.

**3** A derrota da «AD» e do seu candidato é tanto mais de assinalar quanto é certo que o governo «AD» abusou do poder para fins eleitorais, monopolizou a televisão, a rádio e outros meios de comunicação social, levou a cabo grandes operações de intimidação, conduziu uma campanha de calúnias contra as forças democráticas e contra o candidato Ramalho Eanes, aproveitou vergonhosamente com fins eleitoralistas os sentimentos provocados pelo desastre que vitimou o Primeiro-Ministro e o ministro da Defesa e levou a cabo inúmeras irregularidades e «chapeladas».

Se não se tivessem verificado estas anormalidades, é absolutamente certo que a vitória do general Eanes e a derrota do candidato da «AD» teriam tido uma expressão ainda mais esmagadora.

A votação nas eleições presidenciais adquire o significado de uma expressão nacional em defesa do Portugal de Abril.

**4** Os resultados das eleições mostram também o descrédito e o afundamento do esquerdismo. O fracasso espectacular da candidatura de Otelo S. de Carvalho apoiado pela UDP e a votação ridícula em Aires Rodrigues constituem um golpe profundo no pseudo-revolucionarismo verbal, na sua irresponsabilidade política e nas ilusões que procura criar.

**5** A votação em Ramalho Eanes, que lhe deu a vitória, demonstra a clara compreensão pelo eleitorado dos perigos existentes para a democracia e da imperiosa necessidade de cortar o passo às forças reaccionárias derrotando o seu candidato à Presidência da República.

A forma como os membros do Partido, os trabalhadores, os democratas responderam, numa situação tão complexa, à ameaça e ao desafio do fascismo e da reacção, demonstra elevada consciência política do povo português e a sua determinação em defender o regime democrático.

**6** A Comissão Política salienta que a derrota da reacção foi possível pela confluência das vontades e dos votos dos mais variados sectores democráticos.

A derrota eleitoral da «AD» não significa que os perigos para a democracia estejam afastados. A luta continua. Para derrotar definitivamente os planos da reacção torna-se imperiosa a unidade de todos os democratas.

A Comissão Política salienta a importância de que a grande lição das Presidenciais aproveite aos democratas portugueses para a solução dos graves problemas que subsistem na vida política.

**7** A Comissão Política convoca uma reunião plenária do Comité Central para o dia 11 do corrente, a fim de examinar os resultados das eleições presidenciais e definir a orientação na nova fase da vida política portuguesa delas decorrente.



Muitas dezenas de jornalistas e algumas figuras políticas passaram pela Gulbenkian de domingo para segunda. Muito se viu e algo ficou para se contar

## Na Gulbenkian observando

Pela oitava vez depois do 25 de Abril, os jornalistas viveram os momentos decisivos das eleições no Centro de Imprensa instalado na Fundação Gulbenkian. Ai, a partir do encerramento da votação às 19 horas, a marcha dos resultados ia sendo intensamente seguida, à medida que os terminais dos computadores directamente ligados ao Centro de Informática do Ministério da Justiça iam fornecendo os resultados parciais acumulados.

A vitória do general Ramalho Eanes logo à primeira volta desenhou-se desde cedo e pode dizer-se que, a meio da noite, a expectativa apenas residia em saber qual viria a ser a diferença final de votação entre o Presidente da República e o candidato das forças reaccionárias.

Mas as longas horas vividas na Gulbenkian deram aos homens da informação um sem-número de factos e histórias para contar. A nós, estas:

1 - A reeleição do general Ramalho Eanes, a derrota do candidato da «AD», constituiu um evidente motivo de júbilo para a esmagadora maioria dos jornalistas presentes na Fundação Gulbenkian. Frente aos televisores ou nas pequenas redacções ali instaladas, a marcha dos resultados ia sendo recebida com alegria, embora serenamente. Antes de se divulgarem, por telefone ou por telex, através do microfone ou das câmaras, as «últimas» relativas aos resultados, havia sempre uns momentos para uma troca de palavras. E a razão era, afinal, bem

simples e compreensível: é que as ameaças que pesavam sobre a liberdade, nomeadamente sobre a liberdade de informar e ser informado, eram grandes e a maioria dos profissionais da comunicação social tinham disso consciência. Sobretudo aqueles que, quotidianamente e ao longo do último ano, têm vindo a sentir na carne — no que escrevem e no que dizem — a ameaça do lápis azul e da sua transformação em meros instrumentos da propaganda da direita.

2 - Um mistério preocupou alguns dos jornalistas que ouviram o texto que acompanhou as imagens relativas à biografia que a RTP-1 passou cerca das 22 horas da noite — hora a que, em todos os quadrantes, já se possuíam os dados que indicavam a segura reeleição do general Ramalho Eanes à primeira volta. Nesse texto e pela primeira vez ao longo dos últimos meses, a RTP de Proença de Carvalho apresentou o nome de Soares Carneiro ligado ao (sic) Campo de Concentração de S. Nicolau! Algumas outras imagens inéditas adensaram o «mistério», nomeadamente aquela em que se pode ver o candidato da «AD» a ser condecorado pelo ditador Marcelo Caetano. O mistério que ficou por decifrar, e sobre o qual muitos dos presentes se interrogaram, foi este: tal texto e tais imagens estariam preparados apenas para o caso da derrota inapelável de Soares Carneiro? Existiriam outro texto e outras imagens para o caso de, naquela altura, ser claro que ia haver segunda volta ou para o caso de uma vitória do candidato da «AD»?

Ainda uma outra questão: porque razão nunca até esse momento passou a televisão tais imagens, nomeadamente a da condecoração por Marcelo Caetano?

3 - Uma vez mais, e tal como aconteceu nas duas anteriores eleições, a «AD» (e desta feita o seu candidato) não compareceu na Fundação Gulbenkian, facto que não deixou de merecer a reprovação de muitos dos jornalistas nacionais e estrangeiros ali em serviço.

4 - Mas não foi só a «AD» oficial, a nível de dirigentes. Também a nível dos seus apoiantes que, em 5 de Outubro, muitas vezes disfarçados de jornalistas ou pelo menos através das facilidades concedidas a estes, enchiam os corredores e riam de prazer provocante face aos televisores, rareou. Antes das 21 horas ainda se encontravam alguns espécimens, senhoras e senhores em traje rigoroso, passeavam. Depois sentaram-se, beijo descaído. As 22 horas era já raro topá-los, foram disfarçar o desgosto longe, que o ambiente era de alegria democrática...

5 - Um pequeno grupo de jovens, entre as 21 e as 22 horas, muito juntos para parecerem numerosos, não aceitavam os resultados que os computadores forneciam. Mas o ambiente não era favorável a desmandos. Ouvimos-lhes apenas: «Vamos embora daqui. Esta noite os «comunais» ainda vão ver como é». As horas passaram. O que os comunistas viram, na Gulbenkian e nas ruas da cidade, foi a festa pela derrota da candidatura reaccionária.

## O dito por não dito ou as «desculpas» da «AD» depois da derrota

«Não aceito», dizia um jovem, noite dentro, na candidatura de Soares Carneiro, já a derrota da reacção era conhecida; já a vitória da democracia ressoava em todo o País. Nas sedes dos partidos reaccionários, os foguetes e os morteiros arrecadavam-se, os primeiros sinais de incontinência apareciam com a tentativa de assalto ao Centro de Trabalho de Cascais do PCP. A dificuldade em aceitar o veredicto popular que afastava a ameaça do fascismo era nitida nos marginais da política de direita. E os dirigentes, nas primeiras entrevistas, procuravam sem êxito mascarar o despeito.

Soares Carneiro, cujo optimismo inicial fora favorecido por uma campanha que impunha, em casa de cada português, a sua imagem e as vozes dos seus apoiantes, favorecido mesmo pelo aproveitamento descarado da morte do Primeiro-Ministro e do seu funeral, estava, só agora, fúnebre. Já não dizia que a vida continua. E, na televisão, aos telespectadores que não lhe tinham ainda esquecido as palavras em que afirmava a sua confiança numa vitória, dizia agora que tal não dissera. Abatido, repetia a lição que a «AD» derrotada lhe segredara: pedia ao Presidente reeleito que honrasse os compromissos assumidos: «colaborar com o Governo, respeitar os partidos democráticos e não ceder ao Partido Comunista»...

Para quem durante a campanha fez cavalo de batalha da afirmação de que havia compromissos entre o candidato Ramalho Eanes e o PCP, não está mal como reviravolta.

Freitas do Amaral e Pinto Balsemão alinharam as suas declarações à Imprensa. Por enquanto ainda não estalaram pública e claramente as desinteligências que não

tardariam. Ambos apelaram ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo general Eanes.

Freitas do Amaral, esquecendo rapidamente as ameaças de confrontação institucional se ganhasse a candidatura de Ramalho Eanes — ele seria um dos que recusariam governar... —, revelava agora que o Governo não tinha intenção de fazer «obstrução». Exigia que o Presidente demonstrasse que «não está vinculado ao PC». E, quanto à questão do Governo, disse ainda não ter tido oportunidade para reflectir se iria demitir-se ou não na sequência da morte do Primeiro-Ministro. As posteriores declarações que proferiu dão a entender que nos bastidores da «maioria» não apenas se desencadeou a luta pelos lugares cimeiros como também se procede ao reajustamento da estratégia a seguir pela direita em consequência da derrota esmagadora sofrida em 7 de Dezembro. Com efeito, Freitas do Amaral, após ter sublinhado que a demissão já confirmada do executivo derivava exclusivamente do desaparecimento de Sá Carneiro, adiantava, anteontem, que não faria parte do próximo executivo porque entendia que havia que respeitar declarações anteriormente feitas... Quais delas?

A derrota da candidatura reaccionária veio avivar, para além do que já conseguira a morte inesperada do dirigente do PSD, as dissensões que o ex-Primeiro-Ministro conseguira abafar em torno do apoio artificial a Soares Carneiro, projecto destinado ao fracasso, como se verificou. Não bastaram os desmentidos de Helena Roseta para desfazer as dúvidas: a entrevista lacrimante que a deputada da «AD» concedeu à RTP, quando se desenhava a vitória democrática nas eleições

presidenciais, apenas confirmou o que muitos supunham: que ia haver luta pelo poder nas cúpulas do PSD, que o desânimo ganha os dirigentes e a activistas daquele partido; que a «AD» fraqueja perante a derrota de um projecto que era o projecto totalitário de conquista de todos os órgãos de soberania para, a partir daí, se lançar na destruição completa da democracia e das conquistas de Abril.

Por último, uma nota sobre o ridículo:

Revelou-se, na própria noite das eleições, que nem tudo eram rosas no seio da maioria apoiante de Soares Carneiro. O que apenas se suspeitava veio ao de cima, à luz da derrota eleitoral da direita: Natália Correia e Sanchez Osório, deputados da «AD», festejaram Ramalho Eanes na Gulbenkian. Sinceridade? Colagem de última hora? A questão não está aí, está no facto de que o projecto reaccionário não era seguro e cedeu no confronto com o voto popular. Por seu lado, menos de vinte e quatro horas depois, na RTP, Sousa Tavares, outro deputado «AD», cuja trajectória para a direita tem sido vertiginosa, reconsidera: afinal nunca acreditou na vitória de Soares Carneiro, ele, que se contava entre os mais agressivos «críticos» do Presidente reeleito e que fez parte da Comissão Política da candidatura derrotada. Sousa Tavares director de um jornal — estatizado, pago pelo povo... — que impudicamente pôs ao serviço da candidatura reaccionária, vinha aos «ecrãs» afirmar que não acreditava na campanha pela qual batalhou.

Em matéria de desculpas pelo fracasso da direita, porém, não há melhor que a que o PPM, pela boca de Ribeiro Teles, inventou, apressado: o que o Povo português quer é o rei, e Ramalho Eanes é a imagem do rei, por isso o povo votou nele...

Lisboa, 8 de Dezembro de 1980

A COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

# Agenda

**3 Quarta-feira**  
1961 - Evadom-se do reduto Norte do forte de Caxias dirigentes e outros militantes responsáveis do PCP utilizando um automóvel blindado, pilotado de Hitler a Salazar, que ali se encontrava.

Em flagrante violação da lei e abuso de poder, a RTP cancela a gravação e transmissão de uma entrevista com Carlos Brito, com o pretexto de aquele candidato ter anunciado a intenção de retirar a sua candidatura. O Instituto Superior de Educação Física de Lisboa festeja o seu 5.º aniversário de escola universitária de pleno direito, com lugar próprio na Universidade Técnica de Lisboa. A Comissão Nacional de Eleições dá razão aos protestos apresentados pela Comissão Nacional de Apoio à Recandidatura do Presidente Eanes (CNARPE) contra a Juventude Católica e o semanário "Tempo", as quais dizem respeito a cartazes afixados por aquela organização juvenil do CDS, que foram considerados lesivos da recandidatura de Ramalho Eanes e à divulgação ilegal de resultados de uma "sondagem" que teria sido encomendada por aquele semanário da direita. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) considera que a liberalização da importação de batata de semente estrangeira vai causar graves prejuízos à lavoura e, em particular, às cooperativas, beneficiando exclusivamente meia dúzia de grandes importadores. Frustra-se a reunião do Conselho Nacional do Plano prevista para hoje devido ao Governo não ter apresentado aos conselheiros os projectos das Grandes Opções do Plano anual e de médio prazo, tendo o Executivo AD sido acusado de incompetência.

**4 Quinta-feira**  
1716 - Por bula papal é nomeado o primeiro patriarca de Lisboa.

Morrem num acidente de aviação o Primeiro-Ministro, Francisco Sá Carneiro, e o ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa, quando o bimotor em que se dirigiam para o Porto se despenhou pouco depois de ter descolado do aeroporto da Portela, em Lisboa; no acidente morreram mais cinco pessoas: as mulheres dos dois governantes, o chefe de gabinete do Primeiro-Ministro, Patrício Gouveia, e os dois pilotos do aparelho, um "Cessna C-421" pertencente ao industrial bracarense, Eurico Taxa, que o havia posto ao serviço da campanha eleitoral de Soares Carneiro. Na sequência do acidente de aviação que vitimou o Primeiro-Ministro e o ministro da Defesa, a Comissão Nacional de Apoio à Reeleição do Presidente Eanes (CNARPE) decide, tal como outros candidatos, suspender todas as actividades eleitorais. Em reunião efectuada no Instituto Nacional de Investigação das Pescas (INIP), representantes do secretário de Estado das Pescas acolhem a proposta apresentada por um dirigente do Sindicato dos Pescadores de Faro solicitando a deslocação, para Oeste, de parte da reserva marítima delimitada ao largo da costa algarvia, ao abrigo da portaria n.º 857/80. Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP, formaliza no Supremo Tribunal de Justiça, em Lisboa, a desistência da sua candidatura às eleições presidenciais. A Comissão de Trabalhadores da Setenave toma posição a posição de desacordo dos cerca de 8500 trabalhadores daqueles estaleiros navais de Setúbal perante a declaração da empresa em situação económica difícil.

**5 Sexta-feira**  
1930 - Morre em Lisboa, com 63 anos de idade, o escritor Raul Brandão.

O Supremo Tribunal Administrativo exara um acórdão anulando uma reserva arbitrariamente demarcada em terras da Cooperativa 1.ª de Maio de Avis; um outro acórdão do Supremo anula um despacho do secretário de Estado da Estruturação Agrária relativo à Cooperativa Bento Gonçalves, em Grândola; por seu turno, o Tribunal da Relação de Lisboa considera competente o tribunal comum para julgamento de uma causa em que é réu o secretário de Estado Ferreira do Amaral. O Presidente da República informa Freitas do Amaral, interinamente a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro, do parecer da Comissão Nacional de Eleições favorável à realização da eleição presidencial de acordo com o calendário estabelecido; o dirigente da AD declarou estar de acordo com o parecer da CNE. O brigadeiro João Almeida Bruno é empossado pelo ministro da Administração Interna, Eurico de Melo, no cargo de comandante-geral da PSP. A Empresa Pública de Abastecimento de Cereais (EPAC) informa, segundo a ANOP, que o valor das importações portuguesas de cereais deverá ultrapassar, no ano em curso, os 28 milhões e 459 mil contos, prevendo-se gastos na ordem dos 34 milhões e nove mil contos em 1981.

**6 Sábado**  
1933 - Morre em Lisboa, com 60 anos de idade, o actor António Augusto Chaby Pinheiro.

Realizam-se os funerais oficiais do Primeiro-Ministro Sá Carneiro e do ministro da Defesa Amaro da Costa. Vinte e três Câmaras e Assembleias Municipais aprovam o estatuto de uma "região de turismo do centro", que abrange quase todo o distrito de Coimbra e parcelas dos de Viseu, Leiria e Aveiro. O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa denuncia que os professores do Ensino Primário estão a receber com atraso os seus vencimentos, o que está a causar naturais dificuldades a estes profissionais do Ensino, responsabilizando os Ministérios da Educação e das Finanças pelo facto e, através destes, o Governo AD.

**7 Domingo**  
1948 - Morre Soeiro Pereira Gomes.

Realizam-se eleições para a Presidência da República, tendo sido eleito à primeira volta o general Ramalho Eanes, que obteve cerca de 57% dos votos expressos nas urnas, derrotando por grande margem o candidato da coligação reacçãoária "AD", general Soares Carneiro, o qual se quedou apenas pelos 40% dos votos expressos; a candidatura esquerdista de Otelo Saraiva de Carvalho não chegou a atingir os 1,5% tendo os restantes candidatos obtido resultados ainda mais insignificantes (Galvão de Melo 0,84%, Pires Veloso 0,78% e Aires Rodrigues 0,22%); o general Ramalho Eanes obteve os votos de mais de três milhões de portugueses.

**8 Segunda-feira**  
1772 - Inicia-se a construção do Teatro de S. Carlos, em Lisboa.

Uma nota da Comissão Política do CC do PCP considera os resultados eleitorais como uma estrondosa derrota da direita reacçãoária e do seu plano subversivo. Reunido sob a presidência de Freitas do Amaral, o Governo AD decide apresentar a sua demissão. A Comissão Nacional de Eleições comunica ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça a vitória por maioria absoluta do candidato António Ramalho Eanes. O auto-suspensão secretário-geral do PS, Mário Soares, afirma à ANOP que retomará esta semana as suas funções no Partido, escusando-se a fazer "por enquanto" quaisquer comentários à vitória do general Ramalho Eanes. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, o número de acidentes de trabalho ocorridos em Portugal durante o ano de 1979 ascendeu a 232 114, dos quais 287 foram mortais.

**9 Terça-feira**  
1097 - D. Henrique passa a ser designado como Condé Portucalense.

O general Ramalho Eanes reassume automaticamente as funções de chefe do Estado-Maior-Genral das Forças Armadas, de que estava suspenso desde a apresentação da sua candidatura à Presidência da República, o que não era compatível, segundo o EMGFA, com o exercício de funções militares. Os restos mortais de Snub Abecasis são depositados junto aos de Sá Carneiro, em jazigo no cemitério do Alto de S. João, três dias depois do funeral solene do Primeiro-Ministro.

# Os Comunistas na Assembleia da República

## Unanimidade na ratificação do passado discordância na análise do presente

A sessão do passado dia 3 do corrente não deixava prever que, no dia seguinte, a situação portuguesa ia alterar-se com certa profundidade, mercê da morte inesperada do Primeiro-Ministro e do aproveitamento que as forças de direita, em desespero de causa, iriam fazer do trágico acontecimento, deitando mais achas na fogueira da campanha eleitoral, já marcada por calúnias e abusos do poder. Foi, assim, uma sessão morna, a que apenas o período de antes da Ordem do Dia iria dar algum tom polémico, com as intervenções de Jorge Miranda, que adiantou as suas opiniões sobre o que considera os parâmetros possíveis da revisão constitucional; de Arons de Carvalho, do PS, e a de Jorge Leite, do PCP — da qual publicamos largo extracto —, sobre a questão actual, e profundamente sentida nos meios democráticos, da manipulação «AD» na comunicação social estatizada, e ainda, no prolongamento aprovado, a intervenção do jovem deputado comunista Jorge Patrício, que denunciou os objectivos antioperários da declaração, por parte do Governo, da Setenave em situação económica difícil. De destacar, também, a intervenção apagada de Rui Pena, do CDS, que há muito não víamos na ribalta da AR, sobre um problema importante, mas interpretado com cariz regional e desarticulado de

uma política global sobre a cultura: uma questão sobre os problemas da Orquestra Sinfónica do Porto...

E passou-se à Ordem do Dia: três ratificações, aliás concedidas por unanimidade. Eram elas, a primeira sobre a concessão de passaportes diplomáticos, a segunda sobre a concessão de passaportes especiais, e a terceira sobre o estatuto do Metropolitano de Lisboa.

Qualquer destas ratificações tinham já sido decididas em plenário. No que toca ao diploma que regula a concessão de passaportes diplomáticos, João Lima, do PS, partido que tinha chamado à ratificação o diploma,

como de resto os seguintes, lembrou as razões de tal atitude: tratava-se de restringir tal concessão. Todos os partidos se mostraram favoráveis à ratificação para poderem proceder a alterações ao diploma em Comissão especializada, se bem que, por exemplo, o CDS, se mostrasse favorável a uma maior elasticidade na concessão de passaportes diplomáticos, cedendo o lugar ao PSD na apresentação de alterações.

O deputado Veiga de Oliveira lembraria, durante a discussão na generalidade, que apesar de o PCP ser favorável à ratificação, haveria decerto matérias mais urgentes a discutir.

Finalmente, concedida a ratificação, o diploma baixou a Comissão, com o prazo de 30 dias para a sua apreciação na especialidade.

A ratificação seguinte, semelhante nos seus pressupostos à anterior, mereceu do plenário igual sorte. E, finalmente, foi concedida a ratificação, pela terceira vez, por unanimidade, do diploma que estabelece o Estatuto do Metropolitano de Lisboa, que obteve o prazo de 60 dias para ser apreciado em Comissão. Aquilino Ribeiro Machado, do PS, lembrou o objectivo da chamada à ratificação — restabelecer a tutela do Município de Lisboa sobre o Metropolitano, nacionalizado de acordo

com as circunstâncias e dados da conjuntura política do tempo.

O PCP, pela voz de Jerónimo de Sousa, em intervenção que publicamos, lembrou que, em qualquer estruturação ou alteração dos estatutos em causa devem ser salvaguardados os interesses fundamentais dos trabalhadores.

Concedida a ratificação, encerraram os trabalhos do plenário da Assembleia, cuja reabertura ficou marcada para ontem. A agenda foi substituída: na terça-feira à noite previa-se apenas a evocação do Primeiro-Ministro, com os partidos a tomarem a palavra por ordem decrescente da sua representação. Para o PSD o último a falar.

## Em defesa dos direitos de prisioneiros irlandeses

Com a data de 3 de Dezembro, foi entregue à mesa da Assembleia da República — e previa-se a sua discussão e votação para ontem —, um voto manifestando a apreensão da AR pela situação criada pelo exército britânico a meio milhar de cidadãos irlandeses presos em Long Kesk. Este voto, assinado por deputados de partidos democráticos — PCP, PS, ASDI, UEDS e MDP —, pretende ao mesmo tempo assinalar o dia 10 de Dezembro, consagrado pelas Nações Unidas à defesa dos direitos do homem. É o seguinte o texto do voto apresentado:

Mais de 500 cidadãos irlandeses encontram-se actualmente presos pelo exército britânico nos "H-Blocks" do campo prisional de Long Kesk, no norte da Irlanda, em condições absolutamente desumanas. Tais cidadãos, a quem vem sendo negado o estatuto de presos políticos a que têm direito, não dispõem de condições mínimas de higiene no interior das celas, sofrem as consequências de deficientes condições de alimentação e estão sujeitos à obrigatoriedade de permanência na cela, 24 horas ao dia. Considerando que tal

situação é uma grave atentado à dignidade da pessoa humana e aos mais elementares direitos do homem;

A Assembleia da República, na passagem do dia 10 de Dezembro, dia consagrado pelas Nações Unidas à defesa dos direitos do homem, manifesta a sua profunda apreensão pela manutenção de tal situação de tratamento sub-humano dos presos e apela às autoridades da Grã-Bretanha para o integral respeito pelos mais elementares direitos do homem.



## Trabalhadores do Metropolitano deram lição ao Governo «AD»

É evidente a necessidade formal de proceder pela terceira vez à discussão e votação da matéria em apreço. O que não aceitamos porém é que a «AD» oblique esta Assembleia a preencher totalmente a ordem do dia com três matérias que apenas permitem a quase todos os Grupos Parlamentares dizer que estão de acordo com aquilo que já disseram,

discutiram e votaram várias vezes. Por detrás da escolha de uma ordem de trabalhos de assuntos velhos e mais ou menos pacíficos, a «AD» esconde o objetivo de bloquear a discussão e aprovação de matérias mais relevantes apresentadas pelos partidos da oposição reduzindo a quase nada o papel deste órgão de soberania.

O Grupo Parlamentar do PCP, ao votar favoravelmente o pedido de ratificação 25/II entende que, em qualquer estruturação ou alteração dos estatutos do Metropolitano de Lisboa devem ser salvaguardados os interesses fundamentais dos trabalhadores da empresa, trabalhadores que aliás tiveram recentemente de enervar por formas de

### Inquérito parlamentar à comunicação social estatizada

proprietário ditos fazem juízos de valor sobre os candidatos, veiculam fantasiosas conotações, proclamam sistematicamente a suposta "popularidade" e "prestígio" do candidato da reacção. Certas notícias são cuidadosamente seleccionadas e deliberadamente redigidas e encadeadas para influenciar os ouvintes no sentido das teses e posições dos partidos de direita. Um serventário da «AD» investiu a função de relator da campanha de Soares Carneiro esmera-se em elogios vibrantes ao candidato, invoca a clareza da mensagem das "AD", o entusiasmo dos próprios porta-vozes oficiais da campanha de Soares Carneiro. Tudo isto é feito com a maior regularidade e despreocupação, sem respeito por nada, nem sequer pela língua portuguesa que constantemente agrada numa exibição clamorosa de incompetência profissional.

Estas notícias são cuidadosamente seleccionadas e deliberadamente redigidas e encadeadas para influenciar os ouvintes no sentido das teses e posições dos partidos de direita. Um serventário da «AD» investiu a função de relator da campanha de Soares Carneiro esmera-se em elogios vibrantes ao candidato, invoca a clareza da mensagem das "AD", o entusiasmo dos próprios porta-vozes oficiais da campanha de Soares Carneiro. Tudo isto é feito com a maior regularidade e despreocupação, sem respeito por nada, nem sequer pela língua portuguesa que constantemente agrada numa exibição clamorosa de incompetência profissional.

considerar que toda a estrutura de gestão deste tipo de transportes pode influenciar a vida de importantes autarquias como Loures, Cascais, Sintra e outros, significa e por consequência a necessidade de uma articulação intermunicipal. A extensão dos serviços dos transportes urbanos do Metropolitano às zonas suburbanas obriga-nos a ter de considerar que toda a estrutura de gestão deste tipo de transportes pode influenciar a vida de importantes autarquias como Loures, Cascais, Sintra e outros, significa e por consequência a necessidade de uma articulação intermunicipal. A extensão dos serviços dos transportes urbanos do Metropolitano às zonas suburbanas obriga-nos a ter de

### Trabalhadores da Setenave recusam destruição da empresa

O Governo da «AD» declarou a Setenave em situação económica difícil. «Esta empresa foi concebida e planeada durante o fascismo num regime de máxima protecção ao capital monopolista, num processo de ligação acelerada do grupo CUF ao capitalismo estrangeiro, tendo em vista os interesses do capital e consequentemente, o da maximização do lucro, e não dos interesses dos trabalhadores e do país» — cito parecer da Comissão de Trabalhadores para o reequilíbrio económico e financeiro da Setenave. «A empresa ressentiu-se com a chamada crise do petróleo, mas também com a sabotagem económica movida tanto do exterior como do interior.

proposta acompanhada do Parecer da CT datado de 15/2/78. Em entanto só em Dezembro de 1979 foram parcialmente aplicadas as medidas propostas. Demasiado tarde! Em todo este processo sempre os trabalhadores lutaram em defesa dos interesses da empresa nacionalizada. Os trabalhadores da Setenave recebem salários mais baixos do que os praticados no sector onde opera, e mesmo que os do sector metalúrgico e metalomecânico. Isto mesmo foi reconhecido em despacho ministerial de 8/8/80.

em situação económica difícil terá repercussões desastrosas na imagem internacional da Setenave; porque defendem as nacionalizações, os trabalhadores sabiam dar a resposta adequada que a situação concreta exigia. Os trabalhadores vão dizer não a quaisquer medidas que venham a agravar a sua situação e que agora não houve a coragem de delinir. (...) Porque sempre têm demonstrado com o seu esforço e sacrifício querer defender a empresa porque sempre indicaram as medidas urgentes a tomar; porque entendem que a declaração da empresa

Como se chegou a esta situação, gaguejando docilmente aos manipulados políticos que lhes é diariamente encomendada. O Governo, quanto mais nega o seu desprezado controlo da comunicação social

Na resolução n.º 394/80, o próprio Governo «AD» reconhece que é crítica situação económica e financeira da Setenave não são alheias certas opções governamentais do passado, antes do 25 de Abril, altamente gravosas para a mesma. Em Janeiro de 1978, a empresa apresentou uma proposta para o seu reequilíbrio económico e financeiro ao abrigo do Decreto-Lei 353/C/77,



Metropolitano de Lisboa. Jerónimo de Sousa (3/12/80)



Jorge Leite (3/12/80)



Setenave sabem dizer não à sua destruição. Jorge Patrício (3/12/80)



# Nem a morte dos seus a direita respeitou

## Macabra e sinistra foi a tentativa de manipulação

Diz-se que nunca, numa emissão televisiva, foram utilizados tantos meios técnicos e humanos, tal como nunca a despodorada manipulação dos meios de comunicação social estatizados foi tão longe, nunca a tentativa de criar no País, através dos meios de Informação, um determinado clima psicológico com o objectivo de retirar dividendos políticos foi utilizada — tão profundamente — e com o desesperamento de tal modo que, pode dizer-se, nem a morte dos seus a direita respeitou.

Não se fala aqui da transformação da morte e das cerimónias fúnebres de Sá Carneiro e Amaro da Costa em actos políticos ou, sequer, de propaganda eleitoral — apesar desse aproveitamento, com toda a carga de histeria e revanchismo político em que se desenrolaram as cerimónias, dar bem a medida do modo como a direita entende e respeita a morte dos homens.

Não é disso que se trata, embora disso também se pudesse tratar. O que se trata é de denunciar e repudiar a ampla e vasta manobra de tentativa macabra de manipulação do Povo português, a escassas horas de um sufrágio eleitoral decisivo para a continuidade do regime democrático. Desde logo, os homens de mão do governo e da maioria governamental nos órgãos de comunicação social, estatizados e privados, tentaram transformar o luto nacional pela morte de dois membros do governo num luto nacional pela morte de duas das figuras cimeiras da direita reacçãoária. Durante horas e horas, a imagem e o som da Televisão e do Rádio tentaram criar no País a identificação dos portugueses, de todos os portugueses, com a ideologia e o projecto de sociedade dos dois políticos desaparecidos.

Horas a fio, era o apelo aos portugueses, a todos portugueses,

para que prosseguissem o projecto de Sá Carneiro e Amaro da Costa — isto é, para que votassem no general de S. Nicolau.

Macabra propaganda eleitoral esta, despodoradamente feita no período destinado à reflexão dos portugueses. Reflexão que foi perturbada, condenavelmente perturbada, com a tentativa de criação, por parte da Rádio e da Televisão, de um determinado clima emocional favorável a Soares Carneiro.

### Uma parada muito alta

Foi a direita, foram os seus órgãos de Informação, foram os seus homens na comunicação social estatizada que não respeitaram o luto nacional decretado pela morte de dois membros do Governo. E de tal modo o fizeram que agora se vislumbra mais claramente a altíssima parada que constituía para as forças da direita a eleição do seu candidato.

O total desrespeito pelas regras democráticas e pela legislação em vigor por que optaram os órgãos de Informação da direita no próprio dia das eleições — e de que é exemplo suficiente o «Correio da Manhã» com o descarado apelo ao voto em Soares Carneiro, utilizando para isso «slogan» da campanha da «AD» — mostra bem que a reacção não hesitou perante nada. Aliás, o caso do «Correio da Manhã» é demasiado sintomático para que se possa pensar numa atitude isolada daquele matutino, mas numa operação concertada envolvendo a «AD» e os órgãos de Informação que controla.

Os acontecimentos dos últimos dias após a morte de Sá Carneiro relegaram um pouco para o esquecimento a política de controlo dos meios de comunicação social do Estado por parte do Governo e da sua maioria, com o objectivo de promover e impor

o seu candidato. E isto porque a forma como tal manipulação se processou a partir do trágico acidente da noite de quinta-feira atingiu os limites do tolerável em regime democrático.

Mas a utilização da comunicação social estatizada em benefício do candidato da «AD» era uma realidade que as forças democráticas e os trabalhadores da comunicação social já vinham denunciando. Recorde-se que, ainda recentemente, o Grupo Parlamentar do PCP formulara na Assembleia da República um pedido de inquérito parlamentar à actuação do Governo nesse domínio.

Tal como nas eleições de 5 de Outubro, o Governo e a sua maioria utilizaram, na pré-campanha e na campanha eleitoral das presidenciais, os meios de comunicação social estatizados em meros instrumentos da candidatura de Soares Carneiro.

### Um cheiro a fascismo

Regressando aos acontecimentos posteriores à morte de Sá Carneiro, Amaro da Costa e seus acompanhantes, deve dizer-se que a transmissão directa que o RTP realizou no decorrer das cerimónias fúnebres cheirou a fascismo. E cheirou a fascismo não tanto pelo que se passou nessas cerimónias fúnebres como pela forma que a RTP o fez.

Para o que se segue, convém aqui recordar a tomada de posição do PCP acerca do trágico desaparecimento de Sá Carneiro e Amaro da Costa. O PCP lamentou o trágico acidente de aviação que vitimou o Primeiro-Ministro e o ministro da Defesa — palavras aliás contidas numa Nota do Secretariado do CC do PCP, emitida na própria noite de 5.ª feira, em que se dava conta ainda da decisão de cancelar todas

as iniciativas da sua campanha eleitoral.

São conhecidas as tomadas de posição do PCP relativamente às posições políticas de que Sá Carneiro e Amaro da Costa eram representantes de primeira linha.

Não foi, para os democratas, estranho que as cerimónias fúnebres daqueles dois dirigentes da «AD» tivessem conitado o desespero e a histeria descontrolada de camadas visivelmente de extrema-direita e, até fascistas, ao lado da emoção compreensível de cidadãos que acreditavam, e acreditam, que há na «AD» um projecto democrático para a sociedade portuguesa.

O que é condenável, o que tem que vigorosamente se denunciar é o cheiro a fascismo que as transmissões televisivas e radiofónicas levaram a casa de milhões de portugueses. De tal modo o fizeram que dir-se-ia haver, naqueles meios de comunicação, alguém interessado em empolar e aumentar artificialmente o clima naturalmente criado com a morte daquelas duas figuras políticas. Aumento artificial que poderia ter tido consequências imprevisíveis.

A reportagem televisiva dos funerais cheirava a fascismo e pouco faltou para que se ouvisse o locutor de serviço retomar uma tristemente célebre frase de um general fascista espanhol durante a Guerra Civil — «Viva a Morte!»

### Uma derrota clara da manipulação

Mas o Povo português, a sua maioria, soube resistir à lúgubre e sinistra tentativa de manipulação que as forças da reacção sobre ele lançaram em vésperas das eleições. A derrota do candidato «AD» à Presidência da República foi a derrota de muita coisa, e foi também a derrota da sua «política» de comunicação social. Baixa

política, há que acrescentar. Daí que os trabalhadores da informação, nomeadamente a esmagadora maioria dos jornalistas, tenham sentido intensamente e manifestado a sua alegria pela derrota de Soares Carneiro.

Só que o Governo e a sua maioria não parece ter tirado as devidas conclusões deste facto. Na noite de segunda-feira e pela boca do Primeiro-Ministro em exercício, Freitas do Amaral, o governo aplaudiu o comportamento dos seus homens na comunicação social estatizada e elogiava, nomeadamente, Froença de Carvalho — o personagem que à frente da RTP reditava os processos que, como responsável da comunicação social do governo Mota Pinto, lhe valeram a alcunha de ministro da propaganda. Mais: Freitas do Amaral, arrogantemente, considerava a comunicação social do Estado como outada do seu governo e da sua maioria, face à qual ninguém poderia ousar empreender qualquer tipo de acção tendente à reposição da legalidade.

Freitas do Amaral reiniciava, deste modo, os actos de guerrilha do seu governo para com o Presidente da República eleito no dia anterior por forma expressiva. Na madrugada desse mesmo dia, o general Ramalho Eanes, na conferência de imprensa realizada nas instalações da Fundação Gulbenkian e face a uma pergunta de um jornalista relativa à comunicação social estatizada, exprimiu a sua preocupação face à situação no sector e revelou a sua disposição de fazer o que estiver ao seu alcance para modificar este estado de coisas, que constitui uma verdadeira afronta ao regime democrático, à consciência dos portugueses e à dignidade dos trabalhadores da comunicação social, particularmente dos jornalistas.



A alegria irreprimível pela derrota da reacção

## Como foram diferentes as manifestações de alegria das forças democráticas

Ainda não estão distanciadadas no tempo as eleições legislativas de 5 de Outubro pelo que se pode comparar facilmente as manifestações que festejaram a reeleição do general Ramalho Eanes com as que, naquela data, procuraram festejar a maioria obtida pela Aliança reacçãoária na Assembleia da República.

O menos que se pode dizer é que as últimas foram diferentes — isentas do ódio e da intimidação que caracterizavam as anteriores. O ambiente que se viveu na madrugada do dia 6 de Outubro e mesmo durante todo esse dia não foi animador para um povo que, mais uma vez o provou, não quer o regresso do fascismo, não quer perder a liberdade conquistada em Abril de 1974.

Nesse dia, vários foram os cidadãos, mesmo no sentido, obrigados a vitorejar a maioria que se instalava no Governo e na Assembleia da República face aos bandos de jovens que não hesitavam em

ameaçar com a violência física.

Nesse dia, a violência reacçãoária fez-se sentir um pouco por todo o país. Mas no Porto ganhou maior amplitude, traduzindo-se num simpático de FRS assassinado e alguns feridos. Em toda a parte, a direita quando ganha tira a máscara: foi assim na Alemanha de Hitler, continua a ser assim no Chile de Pinochet. Em Portugal foi uma ligeira amostra que não teve continuidade em 7 de Dezembro.

E no entanto, na madrugada de 7 de Dezembro, as forças democráticas também vieram para a rua festejar o resultado que cedo presentiriam. Saudavam o triunfo de um candidato, como saudavam, igualmente, o afastar do espectro do fascismo.

Foram diferentes estas manifestações que se realizaram um pouco por todo o país. De Lisboa até pequenas localidades houve sempre alguém que procurou expressar a sua alegria ao saber os resultados. E se em

Lisboa e nos grandes centros populacionais houve manifestações, concentrações frente às sedes da candidatura do general Ramalho Eanes, caravanas autônomas e outras iniciativas de regozijo, nas terras pequenas nem por isso a alegria deixou também de manifestar, traduzindo-se tantas vezes no simples acto de abrir uma garrafa e comemorar a vitória para que se contribuísse.

Foram diferentes, na realidade, estas manifestações. Espontâneas, não tiveram a intenção de ameaçar ou intimidar. Deram apenas vazão à alegria que ia na alma da esmagadora maioria do Povo português.

Como seriam se o candidato Soares Carneiro tivesse ganho? Os tiros que foram disparados da sede da candidatura deste general, no Porto, sobre manifestantes, dão uma pálida amostra. Mas o perigo foi esconjurado.

# A «terceira força» sem força nenhuma

## — trajectória da queda de Otelo

Em 30 de Janeiro deste ano, Otelo Saraiva de Carvalho, em Conferência de Imprensa, lançava a FUP, Força de Unidade Popular, constituída pela «unidade de intenções e propósitos» da UDP, PCP (R), duas tendências do MES, PRT, OUT, Unidade Comunista Voz do Povo, Base FUT, PCP (ml)P e PSR. Intenções e propósitos expressos: concorrer às eleições legislativas de Outubro e apoiar a candidatura de Otelo às presidenciais de Dezembro. Mas mais do que isto: apresentada como

a «Terceira Força», de «acção e presença revolucionária», a FUP surgia, à moda otelista, como a grande solução para a democracia e o país, com a vitória «no papo» relativamente a alcançar representação parlamentar e relativamente a «Otelo à Presidência»...

Na realidade, esta «terceira força» não vinha introduzir nada de novo na acção política de Otelo e das tendências esquerdistas que o apoiavam. Mais uma vez o projecto era claro: o enfraquecimento do PCP,

da sua influência e, por arrastamento, da sua votação. Nada de original, pois, no horizonte das façanhas políticas de Otelo Saraiva de Carvalho. Já em 1976, quando da campanha para as eleições presidenciais, os promotores de Otelo, os defuntos GDUP's, não haviam proclamado claramente o seu objectivo: minar a base de apoio do PCP?

«Devemos saber utilizar a nossa iniciativa de persuasão para minarmos a base de apoio em especial do P«S» e do P«C»

— Documento do PCP(R), «Diário de Lisboa», 2/6/76.

Projecto este, como é natural, acarinhado, alimentado afanosamente pelas forças de direita às quais servia como uma luva: é assim que para o «Tempo», Otelo surge como «uma resposta ao conformismo do PCP» (10/6/76), como a «bandeira de um projecto revolucionário» (17/6/76), e a «Rua» afirmava que a candidatura de Otelo servia para o que definiu nestes termos: «É preciso diminuir o PCP» (24/6/76).

Em Junho de 1976, nas eleições presidenciais, os objectivos de Otelo seriam em parte atingidos, ao obter 796 392 votos (16%) pescando muitos deles em zonas de influência do PCP. Votos obtidos, sem dúvida, devido à identificação carismática entre Otelo e o 25 de Abril, identificação da qual e para a qual, nasceria um esboço de mito, tão perseguido, tão buscado pelo próprio Otelo: «Eu, Otelo...».

Assim, e por exemplo: «Saio do estádio desportivo aos ombros dos populares... o meu nome é o mais vitorioso e o mais gritado pelos milhares de pessoas que se aglomeram no grande recinto». (Otelo ao «Portugal Hoje» de 2/4/80).

### Não há «4.ª força» que lhe valha

Não é demais insistir na identificação carismática, quase mitológica entre Otelo, «capitão-general de Abril» e o 25 de Abril.

Para tal, Otelo não hesita: sobrestima a sua participação, pondo em plano apagado o que foi realmente decisivo: o MFA e a luta das massas populares, do movimento popular.

Com tais resultados eleitorais nas presidenciais de 1976, sem uma análise lúcida, profundamente desenraizados da luta dos trabalhadores, os GDUP's partiram, então, de bandeira em arco para as eleições para as autarquias

locais, em Dezembro de 1976:

«Cabe agora aos GDUP's prosseguir na luta política e organizativa que se impõe. Os GDUP's terão de ser a realidade política que

800 000 portugueses sobretudo se esse número tem tendência para aumentar». A noite esse número revelava a sua tendência: de 800 000 votos nas presidenciais de

à segunda...); anticommunismo declarado. Daqui, a insistência no que tem sido constante em Otelo: divisionismo, apelos ao eleitorado do PCP (e do PS) para se «desprender»

Mais, Otelo declara que volta, vai voltar...

Otelo não vai desistir do divisionismo. Como se houvesse ainda algum espaço político para o otelismo, como se os resultados de 7 de Dezembro não fossem claros. A Otelo não valeu, uma terceira força. A Otelo não há quarta força que valha...

A verdade é que, por muito que a sua megalomania galopante o impeça de ver claro, uma coisa é certa: Otelo foi derrotado, Otelo está derrotado, e com ele todo o pseudo-revolucionarismo que, desta vez novamente, recorreu ao apoio a uma «figura carismática» para encobrir a sua manifesta falta de apoio popular e a miopia das suas análises políticas, feita da irresponsabilidade e de ilusões. O descrédito, o afundamento de Otelo são também o descrédito e o afundamento do esquerdismo.

## Um espectáculo deprimente

Madrugada de 8 de Dezembro, Fundação Gulbenkian, conferência de Imprensa de Otelo: um espectáculo deprimente.

Os jornalistas bem insistiam, alguns até na tentativa aparente de dar «deixas» a Otelo que lhe permitissem fazer uma agulha e redimir-se da campanha eleitoral que tinha feito: Não teria sido errado insistir tanto nas críticas a Eanes? Porquê esquecer o «perfil» de Soares Carneiro? Na hipótese de 2.ª volta, daria Otelo indicação de voto em Eanes? Não teria havido erros na campanha de Otelo que conviria agora reconhecer?

A tudo disse não. Lançado sem freio na sua galopante verborria vaidosa e megalomana, Otelo mais parecia saído de uma grande vitória eleitoral do que, como

realmente aconteceu, da desastrosa derrota traduzida na ridícula percentagem de 1,48 por cento — derrota essa que, sendo sua, foi também a do moribundo esquerdismo apolante. E insistiu uma, duas, três vezes, no seu papel de «líder» da FUP, arvorando esta, calcule-se, em «consciência revolucionária e de esquerda deste país» — e isto perante a manifesta indiferença, distanciamento e quase diríamos mesmo desconfiança dos seus companheiros de mesa da conferência de Imprensa.

Pois não é verdade que o candidato Otelo nem sequer conseguiu — muito longe disso — o pleno dos votos alcançados pelos partidos que o apoiavam, a UDP e o PSR, nas eleições de 5 de Outubro?

O cúmulo aconteceu quando, confrontado com a questão de se saber porque razão ele atacara mais Eanes do que Soares Carneiro, Otelo confessou que «não tenho nada contra Soares Carneiro, para além do campo de S. Nicolau, mas o mesmo não aconteceu em relação a Eanes», lançando-se logo de seguida numa série de diatribes contra o realito PR. Ou seja: Otelo, o «grande revolucionário», o «s» e os «comparsas de equivalente gabarito», não entenderam aquilo que foi claro para meio milhão de ex-eleitores da AD, para já não falar nos oitocentos mil portugueses que em 1976 — e para nunca mais — se deixaram ir na onda.

Efectivamente, um espectáculo deprimente.



O «grande líder»: grotescas acrobacias verbais mescladas de irresponsabilidade

## Os métodos do otelismo

Quando, na passada semana, foi tomada pública a decisão do PCP no sentido da desistência da candidatura de Carlos Brito, os serviços da candidatura de Otelo emitiram um comunicado cujo título diz tudo acerca dos métodos caluniosos e provocatórios do otelismo e esquerdismo afins: «Carlos Brito defende voto na AD» (1).

A propósito do dito comunicado, a SIP do PCP divulgou, no dia 4, uma nota cuja actualidade não diminui pelo facto de entretanto se terem realizado as eleições, com os resultados que se conhecem. Diz-se na nota, em certo passo:

«Por mais que Otelo Saraiva de Carvalho e os grupos esquerdistas que o apoiam se esforcem por distrair e desorientar os democratas, há factos que falam por si e desmascaram claramente os reais objectivos da candidatura de Otelo. Com efeito, a verdade é que Otelo não atacou nem Soares Carneiro nem a «AD» e, em contrapartida, nem a AD nem Soares Carneiro atacaram Otelo.

A verdade é que, tal como a «AD» e como Soares

Carneiro, Otelo só atacou violentamente o PCP, as forças democráticas e o general Eanes — o único candidato que pode derrotar Soares Carneiro.

A verdade é que, as forças democráticas e todos os portugueses amantes da liberdade e da democracia têm a possibilidade real de, com a concentração dos votos antifascistas, derrotar Soares Carneiro, derrotando assim o sério perigo da liquidação do regime democrático e da instauração de uma nova ditadura. Mas é Otelo que de uma forma consciente e pertinaz continua a trabalhar para dividir e dispersar a votação democrática, para obscurecer os perigos que comporta a eleição do candidato da reacção, para escamotear o plano global de subversão do regime democrático, que a reacção pretende concretizar com eleição de Soares Carneiro.

É Otelo que faz tudo o que pode para impedir que a «AD» e as forças reacçãoárias sofram uma severa derrota. Perante estas verdades, é legítimo que os trabalhadores portugueses se interroguem sobre o que é estranho e compromissado obriga vincula Otelo a não dizer uma palavra

# Os números da

A comparação dos resultados das eleições legislativas e das presidenciais do passado dominou a dimensão da derrota sofrida pela direita e a firme resposta do Povo português à campanha de mentira que caracterizaram a campanha.

Distritos	ELEITORES		VOTANTES				VOTOS BRANCOS				VOTOS NULOS				APU+FIS	
	Legislativas	Presidenciais	Legislativas	%	Presidenciais	%	Legislativas	%	Presidenciais	%	Legislativas	%	Presidenciais	%	Legislativas	%
<b>Aveiro</b>	417378	417648	359266	86	352713	84	1722	0,48	822	0,23	5185	1,44	1996	0,57	122010	40
<b>Beja</b>	145989	145991	123146	84	119750	82	885	0,72	480	0,40	2589	2,10	1579	1,32	83984	68
<b>Braga</b>	433979	433468	387576	89	382296	88	1731	0,45	810	0,21	6366	1,64	3169	0,83	146097	76
<b>Bragança</b>	128428	129093	102843	80	100055	77	619	0,60	310	0,31	2587	2,52	1295	1,29	26846	6,1
<b>Castelo Branco</b>	180917	181496	152284	84	148359	82	926	0,61	425	0,29	4134	2,71	2032	1,37	62128	10,8
<b>Coimbra</b>	325589	325420	265611	81	261737	80	1733	0,65	882	0,34	5431	2,04	2512	0,96	121581	15,7
<b>Évora</b>	140538	141061	125934	89	123203	87	771	0,61	378	0,31	1672	1,33	926	0,75	81005	4,3
<b>Faro</b>	247707	247170	206338	83	201322	81	1594	0,77	820	0,41	4956	2,40	2281	1,13	106074	11,4
<b>Guarda</b>	156432	155951	130740	83	126349	81	1033	0,79	321	0,25	3047	2,33	1554	1,23	40945	11,3
<b>Leiria</b>	299972	300376	251276	83	248269	83	1392	0,55	766	0,31	4360	1,74	1723	0,69	81577	22,4
<b>Lisboa</b>	1527426	1526624	1320324	86	1316769	86	6135	0,46	4146	0,31	16730	1,27	7267	0,55	675105	11,1
<b>Portalegre</b>	112472	112643	99174	88	96604	86	747	0,75	342	0,35	1733	1,75	807	0,84	58026	8,5
<b>Porto</b>	1116231	1026049	922091	82	904741	88	3774	0,41	1952	0,22	12717	1,38	5198	0,57	426045	16,2
<b>Santarém</b>	342279	341431	290402	85	286368	84	1775	0,61	923	0,32	5088	1,75	2378	0,83	143637	19,4
<b>Setúbal</b>	468891	463476	407098	87	400590	86	2348	0,59	1124	0,28	5068	1,25	2418	0,6	274871	17,5
<b>Viana do Castelo</b>	177716	178212	145566	82	142878	80	979	0,67	393	0,28	2932	2,01	1360	0,95	47793	28,8
<b>Vila Real</b>	177379	177199	143573	81	139493	79	816	0,57	289	0,21	4128	2,86	1668	1,2	40107	17,9
<b>Viseu</b>	292727	293747	240518	82	232091	79	1376	0,57	554	0,24	7250	3,01	2219	0,96	62208	25,8
Região Autónoma dos <b>Açores</b>	157927	156866	120401	76	116228	74	1284	1,07	323	0,28	2968	2,47	1603	1,38	36483	10,5
Região Autónoma da <b>Madeira</b>	153439	153907	124138	81	119212	77	1238	1,00	237	0,2	2304	1,86	1239	1,04	24152	18,4
<b>TOTAIS</b>	7003446	6907828	5918299	84,5	5818517	84,2	32878	0,55	16297	0,28	101245	1,7	45232	0,78	2660674	19,9

# A derrota "AD"

Eleições legislativas de 5 de Outubro

domingo revela com toda a clareza

a reacção

às manobras de intimidação

companha eleitoral da «AD».

Circ. Nº	RAMALHO EANES 7 de Dezembro		«AD» 5 de Outubro		SOARES CARNEIRO 7 de Dezembro		UDP+PSR 5 de Outubro		OTELO 7 de Dezembro		POUS 5 de Outubro		AIRES RODRIGUES 7 de Dezembro		GALVÃO DE MELO 7 de Dezembro		PIRES VELOSO 7 de Dezembro	
	Presidenciais		Legislativas	%	Presidenciais	%	Legislativas	%	Presidenciais	%	Legislativas	%	Presidenciais	%	Presidenciais	%	Presidenciais	%
010	161264	46	211408	58,8	177116	50,6	4809	1,3	2924	0,8	6341	1,79	699	0,2	4451	1,2	3441	0,9
048	87664	74,4	27619	22,4	24395	20,7	3282	2,6	3210	2,7	2058	1,6	618	0,5	888	0,7	916	0,7
073	197162	52,1	212676	54,8	170796	46,1	7706	1,9	3380	0,8	7212	1,8	692	0,1	2541	0,6	3746	0,9
064	35737	36,3	67153	65,3	59615	60,5	2150	2	696	0,7	1159	1,1	293	0,3	745	0,7	1354	1,3
080	80341	53,0	77675	51	61140	41,9	2071	1,3	1500	1,0	2457	1,6	367	0,2	984	0,6	1570	1
125	147345	57	122488	46,1	102930	39,8	4720	1,6	3129	1,2	4067	1,5	776	0,3	2274	0,8	1891	0,7
513	85820	70,4	36767	29,2	31270	25,6	2226	1,7	2870	2,3	1427	1,1	451	0,3	901	0,7	587	0,4
141	128720	64,9	76769	37,2	61282	30,9	7309	3,5	3607	1,8	4577	2,2	699	0,3	1934	0,9	1979	1
513	50249	40,3	79196	60,5	70556	56,6	1981	1,5	870	0,7	2280	1,7	351	0,2	875	0,7	1573	1,2
724	111447	45,33	150353	59,8	126208	51,3	3839	1,5	3087	1,2	4895	1,9	678	0,2	2655	1,0	1810	0,7
054	792652	60,7	548892	41,5	469173	35,9	40371	3	24178	1,8	12200	0,9	2011	0,1	11323	0,8	6019	0,4
695	65466	68,5	33152	33,4	27485	28,7	1996	2	918	0,9	1770	1,7	285	0,3	777	0,8	524	0,5
456	517605	52,7	429685	46,6	353909	39,4	22558	2,4	10049	1,1	15526	1,6	1192	0,1	5681	0,6	8555	0,9
784	173821	61,4	122261	42,1	99911	35,3	6370	2,1	3901	1,3	3970	1,3	827	0,3	2723	0,9	1839	0,6
715	296492	74,6	97930	24	81874	20,6	16181	3,9	13662	3,4	4267	1,0	900	0,2	2775	0,7	1345	0,3
732	63172	41,7	86186	59,2	74052	52,4	1689	1,1	1156	0,8	2187	1,5	328	0,2	991	0,7	1426	1
779	53688	39	89209	62,1	80209	58,3	2600	1,8	961	0,7	2259	1,5	397	0,2	741	0,5	1530	1,1
825	82585	36	160593	66,7	139005	60,6	2851	1,1	1934	0,8	3294	1,3	598	0,2	2427	1,0	2769	1,2
302	65399	52,2	74130	61,5	46059	40,3	2108	1,7	656	0,5	590	0,4	175	0,1	1150	1,01	863	0,7
224	52208	44,3	87279	70,3	60160	51,1	5934	4,7	2446	2	278	0,2	230	0,2	1494	1,2	1198	1,0
719	3248837	56,4	2791421	47,1	2317140	40,2	142731	2,4	85134	1,4	82814	1,3	12612	0,2	48330	0,8	44935	0,7

## Universidade está atenta!

# Cozinha-se nos gabinetes do MEC um novo decreto de gestão

Entre as actuais preocupações dos estudantes universitários assume particular evidência o decreto de gestão que, tudo indica, está a ser cozinhado no Ministério da Educação.

Com características ainda mais negativas que o anterior, este decreto com a marca "AD" tem inclusivamente sido focado por alguns órgãos de Comunicação Social. De acordo com os pontos divulgados, o projecto do MEC contemplaria, entre outras questões, a não eleição dos Conselhos Directivos pelas Assembleias de Representantes (democraticamente eleitas) e a nomeação por despacho ministerial do Presidente do CD, ouvido o Reitor da Universidade em que o estabelecimento se integra. Mais: o Presidente do Conselho Directivo constituiria o corpo de docentes com que iria trabalhar e os estudantes desapareceriam pura e simplesmente...

A "filosofia" do projecto avança ainda com situações como esta: o CD poderia convocar uma Assembleia de Representantes para ouvir a sua opinião sobre este ou aquele assunto. Mas como sublinha um boletim informativo publicado pela RIA "do pouco poder que

já têm na maioria das escolas, passar-se-ia à transformação das Assembleias de Representantes em "staffs" de consciência crítica dum poder com origem no MEC e não na vontade livremente expressa nas escolas".

Do que atrás ficou dito depressa se conclui que o Ministério da Educação está a cozinhar nos seus gabinetes (a partir de "achegas" dos Reitores das Universidades do País) um decreto nada favorável à vida democrática e à autonomia real da instituição universitária.

Para alguns observadores mais optimistas, tudo isto não passa, por enquanto, de receios e especulações. As Associações de Estudantes e as forças democráticas não pensam daquela maneira. Há, de facto, razões para crer que está iminente a divulgação completa de tal projecto. No encontro realizado em 27 de Novembro último no MEC entre uma delegação da RIA e o secretário de Estado do Ensino Superior não foi anulada aquela perspectiva. Pelo contrário,



Está em perigo a autonomia universitária. Que decreto de gestão cozinham os senhores da "AD" nos gabinetes do Ministério?

Em contacto com os jornalistas, os representantes estudantis apontaram como nada tranquilizantes as

informações superficiais e indefinidas de Formosinho Sanches.

O mesmo se conclui ao analisar recentes actos do Ministério em termos de autonomia universitária. Com efeito, as novas escolas superiores já têm os seus órgãos de gestão regulamentados de forma a que os CD's não são eleitos pelas Assembleias de Representantes. Por outro lado, o MEC, já no ano transacto, regulamentou a "autonomia universitária" dando muito poder às Reitorias, tendência que tem vindo a acentuar-se. Um exemplo: o Ministério não recebeu o Conselho Directivo do Instituto Superior de Educação Física (ISEF), mandando-o para a Reitoria da Universidade.

Por outro lado, em Abril passado o MEC emitiu o decreto 66/80 que regula os departamentos nas escolas, estrutura que não

existe na maioria dos casos e que agrupa as cadeiras numa mesma área de ensino e investigação dentro de cada instituto ou faculdade (exemplo das Faculdades de Letras, onde funcionam os Departamentos de Filosofia, História, Estudos Linguísticos, Geografia, etc.). Nesse decreto, o MEC revela especial preocupação na necessidade de afastamento dos representantes estudantis das estruturas de gestão.

Enfim, tudo aponta que está para breve o novo decreto, com inspiração nos "velhos tempos". E à semelhança do que aconteceu com outras decisões ministeriais, nada indica que o referido documento seja sujeito à auscultação e debate dos mais directamente interessados: os estudantes e os professores.

"A não ser que (sublinha a RIA, no boletim recente-

Colette Magny  
na  
Aula Magna



No sábado

## Colette Magny actua em Lisboa

### ● Iniciativas da RIA

Além de contactos no Ministério e de várias acções de luta e mobilização estudantil nas escolas, a Reunião Inter-Associativa da Academia Universitária de Lisboa programou um diversificado conjunto de iniciativas de âmbito cultural e desportivo que certamente contribuirão para o reforço da acção estudantil, da sua unidade e também do seu impacto na esfera do Ensino e na opinião pública em geral.

Assim, já no próximo sábado a conhecida cantora Colette Magny dará um espectáculo na Aula Magna da Reitoria, enquanto que para o último fim-de-semana desde mês está prevista uma grande jornada desportiva com futebol de 5, futebol de 11, basquetebol e voleibol (masculinos e femininos),

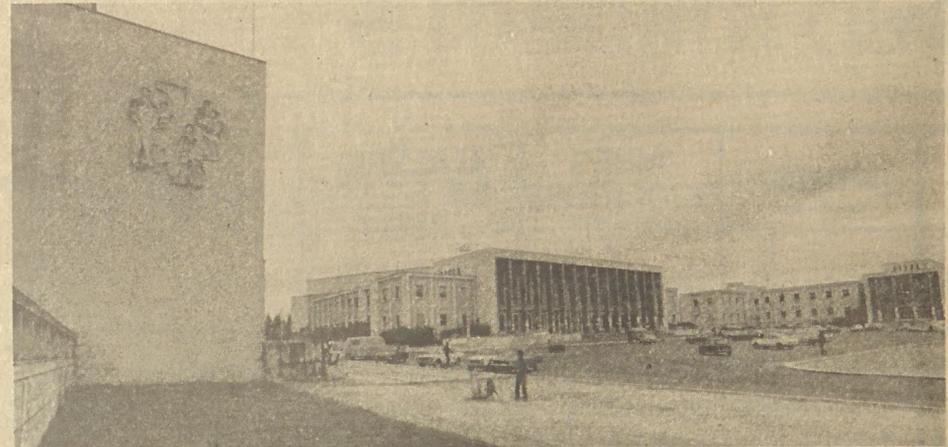
cuta-mato (prova de 5 mil metros) e xadrez.

Entretanto, prossegue na Cidade Universitária uma Feira do Livro e do Disco.

Como já iniciámos em anterior edição, a luta da Universidade de Lisboa, (cerca de 30 mil estudantes), que, entre outras acções, motivou um Dia de Esclarecimento na Academia (20 de Novembro), avançou para uma fase mais dinâmica tendo em conta cinco objectivos fundamentais: homologação dos cursos nocturnos, discussão prévia e pública de qualquer projecto de decreto de gestão (artigo nesta página), não homologação dos regimes de precedências, revogação da portaria limitadora do número de professores assistentes e resolução dos problemas mais específicos com que as escolas se debatem.

mente editado a propósito da luta em curso) os estudantes em bloco unido exijam o debate prévio da gestão e apontem claramente qual a gestão por que se batem: uma gestão realmente democrática, participada pelos estudantes e com estruturas descentralizadas onde os mais interessados possam resolver no diálogo os problemas do processo de ensino e a avaliação".

"No momento presente", lê-se mais adiante, são as seguintes "as tarefas essenciais do Movimento Associativo": "discutir a gestão que queremos"; "exigir o debate nas escolas e um decreto que satisfaça a democracia na gestão e não a sua aniquilação"; "oposição resoluta a qualquer imposição ministerial dum decreto que não parta duma auscultação às escolas".



Faça às dificuldades do dia-a-dia e à política autoritária e antidemocrática do MEC, torna-se cada vez mais importante a unidade combativa da massa estudantil. É o que se passa, neste momento, na Academia de Lisboa, onde estão em luta firme e decidida cerca de 30 mil estudantes

# Materiais de estudo

editados por

## Discursos de Álvaro Cunhal

A série de *Discursos* de Álvaro Cunhal, publicada pelas Edições «Avante!», constitui uma valiosíssima e muito completa colectânea de intervenções públicas do secretário-geral do PCP. Nos 12 volumes já publicados (que, com os dois abaixo referidos, em breve à venda, somam cerca de 4000 páginas), o leitor encontrará não apenas discursos que clarificam os momentos decisivos do processo revolucionário português, mas também uma ampla e completa panorâmica da vida política nacional desde o 25 de Abril. Os *Discursos* de Álvaro Cunhal são assim valiosa obra de referência, de reflexão e de estudo.



edições  
Avante!



À VENDA

### Os chamados governos de iniciativa presidencial

Como este título, estão à venda os volumes XIII e XIV dos *Discursos* de Álvaro Cunhal. Estes dois volumes incluem os discursos proferidos entre Julho de 1978 e Outubro de 1979 (governos Nobre da Costa e Mota Pinto).

### QUADRO CRONOLÓGICO DOS DISCURSOS DE ÁLVARO CUNHAL

Volume I	Abril/Junho de 1974	Volume VIII	Sessões de esclarecimento nas eleições presidenciais de 1976
Volume II	Agosto/Dezembro de 1974	Volume IX	Maiio/Setembro de 1976
Volume III	Dezembro de 1974/Março de 1975	Volume X	Novembro de 1976/Agosto de 1977
Volume IV	Abril de 1975	Volume XI	Setembro de 1977/Janeiro de 1978
Volume V	Maiio/Novembro de 1975	Volume XII	Fevereiro/Julho de 1978
Volume VI	Dezembro de 1975/Maiio de 1976	Volume XIII	Julho de 1978/Fevereiro de 1979
Volume VII	Março/Abril de 1976	Volume XIV	Fevereiro/Outubro de 1979

## Hoje em Carnaxide Plenário de militantes

Realiza-se hoje, às 21 e 30, um importante plenário de militantes promovido pela Comissão de Freguesia de Carnaxide (Lisboa) do PCP.

Estará presente o camarada Jerónimo de Castro, membro do Comité Central do Partido. Como nos sublinha a CF de

Carnaxide, "é fundamental que cada organização se debruce sobre a sua actividade e procure vencer, antes de mais, tudo o que eventualmente dificulte o contacto com os outros trabalhadores, com os outros habitantes e com os problemas concretos que os rodeiam".

## «A Ave Mágica»

Amanhã, às 21 e 30, a Associação Portugal-URSS promove na sua sede em Lisboa (Rua de S. Caetano à Lapa, 30) mais um dos habituais encon-

tros culturais de sexta-feira à noite. Desta vez serão exibidos os filmes "A Ave Mágica" e "Lições do Maravilhoso". A sessão tem entrada livre.

## Camaradas falecidos

FLORIANO SANTOS - Morador no Bairro de S. Mateus, no Dafundo (Lisboa), faleceu no passado dia 30 de Novembro o nosso camarada Floriano Santos, de 66 anos. Pertencia à Comissão de Reformados da Cruz Quebrada/Dafundo e foi antigo operário do Arsenal do Alfeite.

JOSÉ LEANDRO - Residente em Vila Real de Santo António, faleceu o camarada José Leandro, operário conserveiro e membro da organização do PCP neste importante sector de actividade.

FERNANDO DO CARMO - Resistente antifascista de longa data, faleceu recentemente o militante comunista Fernando Bandeira do Carmo, membro da Comissão Concelhia do PCP de Vila Real de Santo António. O camarada nasceu em 1908 e dedicou boa parte das suas forças à luta pela liberdade. Em Janeiro de 1934 foi preso pela polícia política do fascismo, tendo permanecido nas prisões salazaristas vários anos.

AUGUSTO SILVA - Com 57 anos, faleceu também o militante comunista Augusto Silva, membro da célula do PCP na Siderurgia Nacional. Trabalhador muito prestigiado entre os seus companheiros, o camarada residia em Paio Pires (Seixal).

As famílias dos comunistas desaparecidos, o colectivo do "Avante!", expressando os sentimentos de todo o Partido, apresenta sentidas condolências.

Avante!

À venda o número de Dezembro

# Como a «AD» vai revendo a Constituição a seu jeito

## Em 37 empresas e 12 sectores do distrito de Lisboa

- Salários e contratação
- Nacionalizações ameaçadas
- Em risco milhares de empregos
- Repressão sobre as actividades sindicais
- Falências, contratos a prazo, lutas inevitáveis

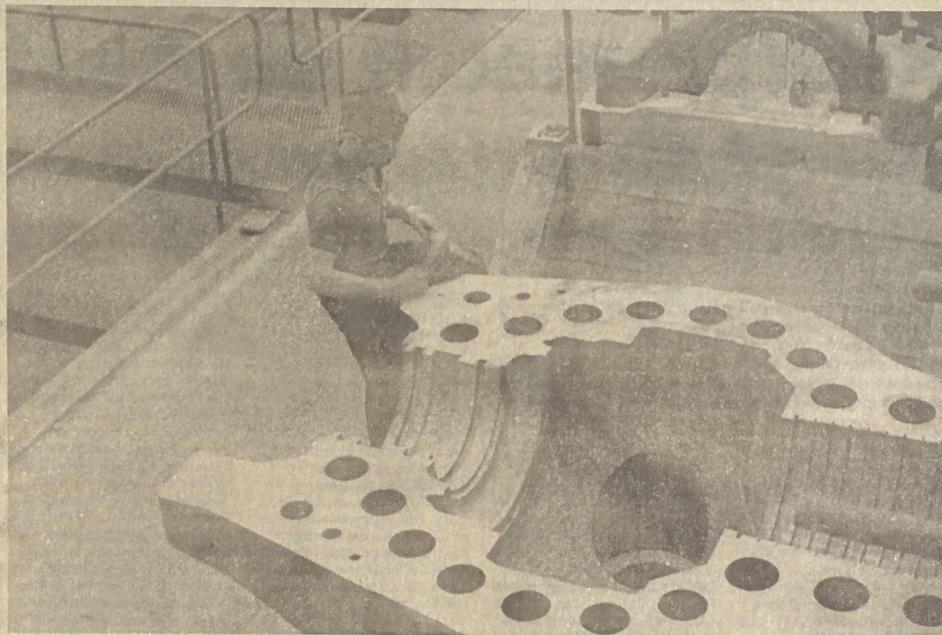
Intensificam-se os cadernos reivindicativos nas empresas. Patronato antecipa-se e apresenta propostas de aumentos salariais com o objectivo de dividir os trabalhadores e enfraquecer as suas estruturas representativas com a cobertura da UGT.

É assim nos sectores da Construção Civil, Indústria Química, Têxteis, Cimentos, Tabacos, Hotelaria e outros.

De uma maneira sintética, como acima se vê, a USL (União dos Sindicatos de Lisboa) chama a atenção de todos os responsáveis, dos trabalhadores organizados e das massas trabalhadoras para algumas das dificuldades e dos perigos mais evidentes no campo específico da contratação colectiva na área da capital.

Num documento de 4 do corrente a USL, uma das mais importantes estruturas intermédias da CGTP-IN, ao caracterizar a situação social no distrito, faz um resumo dos conflitos numa quarenta empresas dos sectores público e privado da referida área.

A gravidade desses conflitos fala por si. Estão em risco dezenas de milhares de empregos. Vale a pena referir, por sectores de actividade, os traços mais característicos dos conflitos nessas empresas. As conclusões não serão difíceis de extrair.



Fundamentalmente:

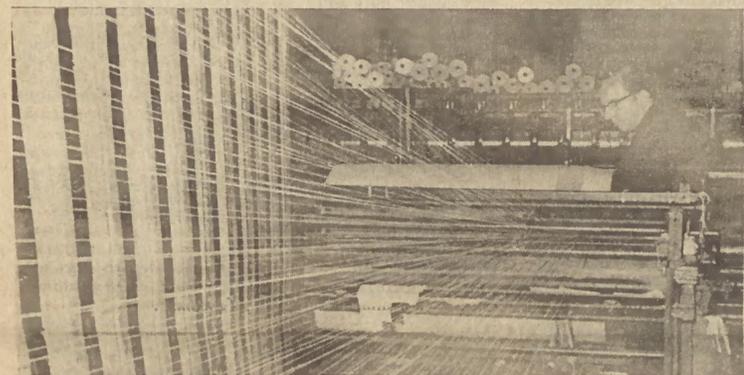
### O aumento da repressão

Em condições óptimas para ter uma visão de conjunto no que respeita aos trabalhadores organizados nas empresas e às suas organizações representativas, a USL, caracterizando a situação social no distrito de Lisboa sublinha o aumento da repressão e aponta a seguir, em 8 pontos, as linhas mestras das dificuldades, dos problemas, dos ataques aos direitos, liberdades e garantias constitucionais que atingem um número crescente de trabalhadores e a própria economia do País:

- Agravamento das condições de vida e diminuição do poder de compra.
- Intensificação dos contratos a prazo, sem cumprimento da lei vigente por parte do patronato.
- Tentativas de despedimentos colectivos.
- Ataque ao sector nacionalizado, nomeadamente através da venda de empresas participadas (com capital do Estado) aos grandes patrões.

● Inoperância da Inspeção Geral do Trabalho e desinteresse em resolver os problemas dos trabalhadores, pondo-se a IGT ao lado do patronato, o que origina um elevado número de pedidos de informação dos Sindicatos que não obtém resposta.

- Idêntica inoperância dos Tribunais de Trabalho: cerca de 70 mil processos pendentes.
- Tentativas de dividir os trabalhadores e enfraquecer a sua unidade, por parte do Governo e do patronato, tentando impor aumentos salariais selectivos, ignorando a acção reivindicativa dos trabalhadores.
- Número elevado de trabalhadores com salários em atraso, em consequência da declaração de empresas em situação económica difícil.



O têxtil está entre os sectores mais ameaçados

## Sector metalúrgico

### SOREFAME

Empresa com participação maioritária do Estado e com cerca de 4000 trabalhadores em luta pelo caderno reivindicativo.

Desencadeia-se nova vaga repressiva. Em perigo 800 postos de trabalho.

A administração pretende vender parte da empresa.

### CORAME

Milhares de contos de dívidas aos trabalhadores, após a desintervenção. Postos de trabalho em causa. A incerteza é preocupante. Inexistência de carteira de encomendas e de matéria prima. Não cumprimento do protocolo assinado pelos organismos representativos dos trabalhadores e pela entidade patronal.

### PRECIX

Elevado número de trabalhadores com contratos a prazo que tendem a aumentar.

Patronato apresenta tabelas salariais diferentes para categorias idênticas. Objectivo: dividir os trabalhadores. Deficiente organização interna.

### JOÃO PEREIRA E FILHOS

Perseguido durante bastante tempo, um delegado sindical

acaba por ter de enfrentar uma agressão física do patrão. Segue-se processo disciplinar. Objectivo: despedimento.

### MESSA

Empresa com maioria de capital do Estado. 1400 trabalhadores dispostos a defender os postos de trabalho, a contratação colectiva e o pagamento dos salários. Na perspectiva da falência, as diligências aceleram-se por parte dos organismos representativos dos trabalhadores junto de todas as entidades capazes de intervir para salvar a empresa.

Entregues em Novembro de 1979, "os estudos elaborados pela MESSA para introdução dos novos projectos nunca obtiveram resposta do Governo", reafirma a USL.

Trabalhadores forçados a parar por falta de encomendas. Dois meses de salários por pagar. A empresa morre lentamente, enquanto os responsáveis governamentais solicitam um estudo ao Instituto de Participações do Estado (IPE), um parecer à Banca, novos elementos à administração...

Os meses passam. Os prejuízos acumulam-se.

### LUÍS PEDRO MENDONÇA

O patrão decide considerar "irrecuperáveis" 20 dos 65 trabalhadores da empresa. 45

continuam a trabalhar. Os restantes, segundo o patrão "têm de ir para a rua" com o "consentimento do Sindicato e dos trabalhadores". Segundo a última proposta do sr. Mendonça o empréstimo da SEPE (Secretaria de Estado da População e Emprego) seria levantado para lhes pagar.

Os trabalhadores não aceitam o levantamento porque ninguém lhes garante o destino a dar a esse dinheiro.

Impasse e incerteza, enquanto o Sindicato negocia com o advogado do patrão. Prevê-se que a empresa seja vendida à Centrel.

### ORMIS

Encerramento das instalações de Santa Iria de Azoia e abertura em Alcochete. Segundo proposta da administração, a mudança deve fazer-se entre 12 e 21 do corrente. Para as deslocações da manhã e da tarde, os patrões querem que os trabalhadores se "contem" com 30 minutos para cada deslocação. As mulheres, durante a mudança, iriam 15 dias para casa.

Os administradores insistem na tentativa de colocar os representantes dos trabalhadores, designadamente os delegados sindicais, a fazer horas extraordinárias na montagem das máquinas transferidas de Santa Iria para Alcochete.

Em risco postos de trabalho, regalias e direitos dos trabalhadores.

### TLP

A classificação de carreiras pode desencadear movimentação dos trabalhadores, durante as negociações do ACT, cujo início se prevê para breve.

Há contratos a prazo. A administração está a adjudicar obras a empresas privadas quando os TLP têm condições para as fazer.

### CTT

Decorrem as negociações do acordo colectivo de trabalho (ACT).

Trinta mil trabalhadores abrangidos.

A demora e o impasse nas negociações do ACT pode levar os trabalhadores à greve. Pré-aviso para 9 e 10 do

corrente, posteriormente adiado.

### NUTRIPOL

Intervencionada; tecnicamente falida; viabilização boicotada pelo Governo. Trezentos trabalhadores; 300 empregos em risco de desaparecer.

### CAMBURNAC

Ao fim de seis semanas de greve (95% de adesão) os 600 trabalhadores (na maioria mulheres) retomam o trabalho em 3 do mês passado.

Desencadeada para obter o pagamento de salários em atraso a greve teve êxito. Mas há ainda salários por pagar. Há um contrato de viabilização em perspectiva.

Os promotores do divisionismo estão isolados.

### EUROFIL

Aumentos salariais selectivos para isolar e dividir trabalhadores.

Ameaçada uma centena de postos de trabalho, se o contra-

to de viabilização se concretizar através da reconversão da empresa (confeccções).

A Eurofil pertence ao sector empresarial do Estado.

### HOTEL ALTIS

Suspensão arbitrária e ilegal de 5 trabalhadores. Uma é delegada sindical.

### HOTEL TURISMO DA ERICEIRA

Praticamente encerrado no Inverno. Salários em atraso.

### COVINA

Mil e duzentos trabalhadores com uma CT legalmente eleita e em actividade que a administração impede de ter acesso a informações concretas e a decisões sobre o futuro da empresa nacionalizada. Tentativas para encerrar alguns sectores.

Postos de trabalho em perigo. Em perigo a nacionalização.

### SNAB

A Sociedade Nacional de Armadores de Bacalhau (SNAB) é também uma empresa nacionalizada. Emprega cerca de 1000 trabalhadores.

Durante uma greve recente, os responsáveis pela gestão substituíram, por outros que não eram da empresa, os trabalhadores em luta. O facto, que ocorreu num dos dias de greve, levou o Sindicato a mover um processo à SNAB. Na base da luta está um aumento salarial da ordem dos 15 por cento.

### RN

Nacionalizada, também, como é sabido.

Submetida à política da «AD», a direcção do Centro de Mercadorias da Rodoviária Nacional faz o que pode para prejudicar a empresa, entregando trabalho a particulares enquanto mantém parados no Centro dezenas de carros.

## Construção civil, mármore e madeiras

### SOUSA BRAGA

Declarada a falência. Cerca de 200 trabalhadores sem emprego e sem salário há meses.

### ICESA

Fim da intervenção do Estado. Exonerada a comissão administrativa. O antigo patrão toma conta da empresa com um ano para apresentar um plano de saneamento financeiro.

Trabalhadores sem salários há cinco meses.

### RENÉ TOUZET

Quatrocentos postos de trabalho dependentes de um saneamento financeiro em negociação com a Banca.

Não paga salários há dois meses. Contratos a prazo.

### JOSÉ ESTEVES

Empresa com 330 trabalhadores.

Descapitalizada e sem matéria-prima. Salários atrasados. Proposto um empréstimo de 20 mil contos.

### J. PIMENTA

Emprega dois mil trabalhadores. Não paga subsídio de desemprego. Reprime a actividade sindical.

O Sindicato intervém regularmente junto das entidades competentes contra as ilegalidades cometidas pela administração. Como essas entidades dependem do Ministério do Trabalho os resultados são nenhuns.

### STANDARD ELÉCTRICA (SE/ITT)

Despedimento colectivo de 212 trabalhadores. O Supremo Tribunal Administrativo considera ilegal e reafirma várias vezes a ilegalidade dessa medida autorizada pelo Governo "AD". Governantes e administradores da ITT continuam a ignorar a decisão daquele órgão de soberania. Os trabalhadores despedidos (na maioria mulheres) continuam ilegalmente afastados dos postos de trabalho.

### CABOS ÁVILA

A repressão chega à violência física.

A administração (ou coisa que o valha como entidade patronal) contrata ex-comandos para a «segurança».

As últimas eleições para delegados sindicais tiveram de realizar-se na rua. Trabalhadores suspensos.

### COMPORTEL

A administração tenta acabar com toda a organização interna dos trabalhadores. Os membros dos seus organismos representativos foram suspensos pela entidade patronal por exercerem direitos e deveres legais, como seja a informação e o esclarecimento dos restantes trabalhadores sobre a venda da empresa à OTIS americana, uma multinacional.

### SOTÉCNICA

A administração quer impedir a realização (legal) de plenários dentro da empresa.

Em causa liberdades, garantias e direitos consagrados na Constituição.

### ELECTRO-TÉCNICOS REUNIDOS

Há cerca de 4 anos que os trabalhadores não recebem os seus salários normais. Recebem apenas 2500 escudos por semana.

Elevado número de trabalhadores contratados a prazo.

### ELEVADORES SELTA

Situação conflituosa entre administradores e domínio da empresa por um deles criar

forte instabilidade que leva os trabalhadores à paralisação, nos dias 17 e 21 de Novembro, a fim de impedir o lock out.

Eleita nova administração em 24 do mês passado. A empresa continua sem contrato de viabilização.

### EDP

Na Electricidade de Portugal, uma das maiores empresas públicas do País, grupos financeiros e Governo "interessam-se" pela divisão da EDP.

Trata-se, para o grande capital privado, da tentativa de absorver a parte mais rentável da empresa dentro da velha "tradição" de só nacionalizar os prejuízos...

Está em causa a nacionalização da EDP.

## Cerâmica e cimentos

### SOMAPRE

Cerca de 800 trabalhadores. De mês para mês, este número varia devido aos contratos a prazo.

A situação financeira é difícil. Naturalmente, difícil é também a compra de matérias-primas e a liquidação dos salários em atraso.

### FÁBRICA DE LOUÇA DE SACAVÉM

Cerca de 1150 trabalha-

dores. Oitenta com contratos a prazo.

A entidade patronal não cumpre o Contrato Colectivo de Trabalho (CCT).

Além do número elevado de contratados a prazo, os responsáveis pela empresa promovem aumentos salariais selectivos.

### LUSALITE

Depende do tribunal a readmissão de dois delegados sindicais despedidos arbitrariamente.

Um dos administradores foi

condenado recentemente em tribunal por impedir a entrada de dirigentes sindicais na empresa.

O patrão proíbe qualquer acção sindical no local de trabalho, como se para ele houvesse total impunidade, como quem não se sente abrangido pela legislação laboral e pela Constituição.

Intensifica-se a repressão dentro da empresa.

### CAVAN

Tentativa de encerramento de uma secção da empresa

ameaça 70 postos de trabalho ocupados por mulheres.

Discriminação do trabalho feminino estimulada pela entidade patronal, que completa a sua acção divisionista atribuindo prémios de assiduidade.

### EUROFINA

Empresa com participação de capital público (do Estado). Emprega actualmente 100 trabalhadores (já empregou 150) com salários em atraso.

Tem um contrato de viabilização e uma situação financeira difícil.

## Sector químico

### ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE LIXO

Com 160 trabalhadores. Totalmente paralisada. MAP, CML e administração pretendem encerrar a empresa quando esta tem viabilidade económica.

Salários em atraso já foram pagos. Organizados, os trabalhadores recusam o despedimento colectivo.

### PETROGAL

Suspensão de oito trabalhadores, com base em ilegalidades e prepotências do Governo e do conselho de gerência depois da requisição civil

ilegalmente imposta durante a greve de Abril.

Preparam-se mais 30 processos disciplinares.

Entretanto, o conselho de gerência, conluído com o Governo e com os divisionistas das direcções do Sítio e do Sinqe (paralelos dos Escritórios e dos Quadros Técnicos) faz publicar um ACT (acordo colectivo de trabalho) separado.

### SODA PÓVOA

Luta pelo caderno reivindicativo.

A administração não respeita as liberdades sindicais, impede a realização de plenários, reprime e põe trabalhadores «na prateleira».

É a empresa que paga pior entre as grandes empresas do sector.

## Temas vários

## A Diplomacia da Restauração de 1640 a 1656: alguns aspectos

A acção patriótica de 1 de Dezembro de 1640, que restituiu aos portugueses a sua independência, não teria resultado na prática se não tivesse sido seguida imediatamente de uma política enérgica de contactos diplomáticos em diversas frentes.

A defesa e consolidação da independência nacional necessitavam do reconhecimento e da ajuda da comunidade política europeia, que de uma forma ou de outra, e nos mais variados níveis, se opunha a Espanha.

Neste sentido, os esforços do governo de Lisboa exerceram-se em particular junto da França, Inglaterra, Províncias Unidas (Frísia, Zelândia e Holanda) e Suécia. Para se compreender o âmbito em que se projectou a actividade diplomática logo após o 1.º Dezembro é, sem dúvida, fundamental entender o «jogo» das relações entre os principais países da Europa Ocidental, na altura.

Vivia-se, então, a Guerra dos Trinta Anos, que só terminaria em 1648, após os acordos de paz de Vestefália.

Não estava só em causa o poder e a hegemonia territorial dentro do Velho Continente, mas também nos domínios ultramarinos, fonte de matérias-primas e riqueza para

as potências europeias. Com a morte de Carlos V (monarca espanhol), os territórios do seu vasto Império haviam sido divididos em duas partes fundamentais. A seu irmão, Fernando, que era rei da Boémia, coube a Hungria, a Alemanha e a Coroa Imperial da Áustria; a seu filho, Filipe II, coube a Espanha, os Países Baixos, o Franco-Condado, a Itália e a América. A estes domínios, Filipe II veio ainda juntar o território português incluindo as colónias.

Filipe II (que viria a ser Filipe I na dinastia que reinou 60 anos em Portugal, tornava-se quase «senhor de meio Mundo».

Em princípio, a divisão do Império de Carlos V poderia beneficiar a França, uma vez que era um factor de

enfraquecimento da Casa da Áustria. Porém, os dois ramos saídos desta fragmentação não deixavam de estar unidos e o poder do ramo espanhol tornava-se excessivo e ameaçador.

Tentando pôr fim a esta hegemonia, a França (numa primeira fase) vai usar a diplomacia ajudando a Suécia, criando intrigas em Itália, favorecendo as revoltas na Catalunha, em Portugal e ainda a dos príncipes alemães. Posteriormente, os dirigentes franceses entram em conflito aberto com a Espanha. É nessa altura que concluem uma aliança com a Suécia, cooperando também com a Holanda e a Alemanha Luterana. A França acaba por declarar guerra à Espanha e invade território alemão. A complexa situação que se vive no momento não fica por aqui. A Holanda, que se tinha constituído em República no ano de 1635, anexa aos espanhóis o norte do Brabant e da Flandres. A política

expansionista dos holandeses tinha também atacado o poder de Espanha nas colónias portuguesas quer da América quer de África.

Por outro lado, a Inglaterra apodera-se do porto flamengo de Dunquerque e em 1635, através de um tratado, a França e a Holanda dividiram entre si as seguintes regiões outrora pertencentes a Espanha: Luxemburgo, Namur, Cambrai, Hainaut e Flandres (para a França) e o resto da Bélgica (para a Holanda).

A restauração da independência portuguesa em 1640 vem introduzir um novo dado no complexo puzzle político da Europa Ocidental. Assim, enquanto o novo poder constituído em Portugal se tenta afirmar o mais possível no concerto das nações, estas, por sua vez, vão procurar incluir o nosso país nos seus objectivos e estratégias, exercendo pressões e chantagens a vários níveis.

Enquanto uns países punham sérias reservas quanto ao reconhecimento de outra nação independente na Península Ibérica, outros apoiavam a nova situação criada em

Portugal em troca de favores e orientações que muito raramente serviam os interesses da nação portuguesa.

A diplomacia portuguesa após o 1.º Dezembro de 1640, caracterizada por um trabalho intenso a que D. João IV dedicou muito do seu esforço e poder de iniciativa até 1656 (data do falecimento do monarca), orientou-se na base de dois vectores fundamentais:

a) teórico — numa primeira fase dos contactos diplomáticos entrava em campo a argumentação teórica no sentido de comprovar a legitimidade da independência de Portugal e os direitos de D. João IV ao trono (o caso do documento elaborado pelo diplomata Francisco de Sousa Coutinho e enviado à Dieta de Ratisbona);

b) prático — posto isto, passava-se à esfera das negociações que eram concretamente: a celebração de tratados, protocolos e alianças de âmbito político, económico e militar. Expressão nítida desta preocupação portuguesa foi, sem dúvida, a tentativa de celebração de uma Liga Formal especialmente com a França, através da qual o nosso país garantiria a sua segurança contra a eventual ofensiva espanhola.

Destaque-se, ainda, noutro plano, o envio de representações diplomáticas nacionais a zonas onde existiam importantes focos de revolta contra o domínio espanhol, (caso da Catalunha) e o auxílio concedido por Lisboa a essas forças revoltosas, que davam um contributo, embora modesto, ao desgaste do poderio espanhol.

Para além dos contactos de carácter oficial, a nossa diplomacia actuou ainda a outros níveis, designadamente junto das comunidades de cristãos-novos emigrados (de salientar aqui o papel do Padre António Vieira) e ao nível do recrutamento de mercenários e a aquisição de material de guerra.

Quanto a este último aspecto, é de referir, nomeadamente, a actuação de Frei Domingos do Rosário (em Março de 1649 é-lhe confiada a missão de recrutar um grupo numeroso de soldados na Irlanda, seu país de origem) e de Duarte Nunes da Costa que, em Hamburgo, contratou 2500 mercenários alemães.

Um dos aspectos que assumiu maior importância na nossa política diplomática

foi a questão das colónias, que durante o período da dominação espanhola haviam sido ocupadas por franceses, ingleses e holandeses.

Para o governo português era da cabal importância reaver esses territórios dado o interesse económico que então representavam e também porque eram uma expressão de poder territorial e político.

Quando se sentavam à mesa das negociações, os nossos representantes diplomáticos tinham consigo as preocupações relativas não só à afirmação política do país independente que eramos e às necessidades da nossa segurança face ao perigo constante da Espanha, mas também o desejo de reaver a todo o custo os domínios coloniais que o país perdera com a dinastia filipina.

Desta maneira, os diplomatas portugueses viam a sua tarefa revestida da maior complexidade. Estavam em jogo dois tipos de preocupações e interesses, que por vezes se chocavam.

Por exemplo: ao mesmo tempo que queríamos celebrar um tratado geral de cooperação com a Holanda, exigíamos que esta nos devolvesse a totalidade das colónias que nos tinha ocupado (a contra-argumentação de holandeses, franceses e ingleses ia, por vezes, ao ponto de dizerem que a ocupação das colónias que agora reivindicávamos se tinha inserido numa acção de luta contra a Espanha, país que efectivamente governara o espaço português).

Outro factor que condicionou fortemente a diplomacia da Restauração foi a sua urgência. Portugal tinha que impor a sua nova imagem na comunidade internacional e adquirir apoios o mais depressa possível. A ameaça de Espanha, geograficamente «aquí mesmo ao lado», era perigo iminente. Apesar do poder militar espanhol se encontrar abalado e repartido por várias frentes de combate, podia ainda, como aliás viria a fazer, desencadear ataques com o fim de repor a anterior situação.

A par da urgência que caracterizou o trabalho diplomático, é de sublinhar que este foi levado a cabo, tirando uma ou outra excepção (Padre António Vieira e Sousa Coutinho) com personagens de deficiente preparação técnica jurídico-política para o desempenho das suas missões.

No entanto, os problemas mantinham-se a outros níveis. Registraram-se, nomeadamente, inúmeros casos de diplomatas portugueses que ficaram durante longo tempo à espera de instruções e apoio financeiro



Padre António Vieira, elemento fundamental na intensa actividade diplomática que se seguiu a 1 de Dezembro de 1640

para a manutenção das missões. Tudo isto era agravado por condições de insegurança, provocadas, na maior parte dos casos, pelas representações espanholas (exemplo: o sucedido com o Bispo de Lamego, em Roma).

Os receios, as contradições e os intentos da Casa Real portuguesa também não ficaram alheios à orientação do trabalho diplomático então realizado.

Um exemplo esclarecedor da forma um tanto ou quanto dúbia como se comportou o monarca face ao «jogo» político foi a proposta que apresentou segundo a qual deixaria o país entregue a um regente francês (que seria o pai da princesa que casasse com o herdeiro D. Teodósio), ao mesmo tempo que se retiraria para os Açores onde constituiria um Reino integrando também o Brasil.

Facé a este exemplo cabe perguntar-se, na verdade, esta era a melhor forma de defender os interesses do país.

A concretizar-se tal proposta, Portugal fugia ao domínio espanhol para cair no controlo francês...

Ou será que as pressões e dificuldades encontradas pela

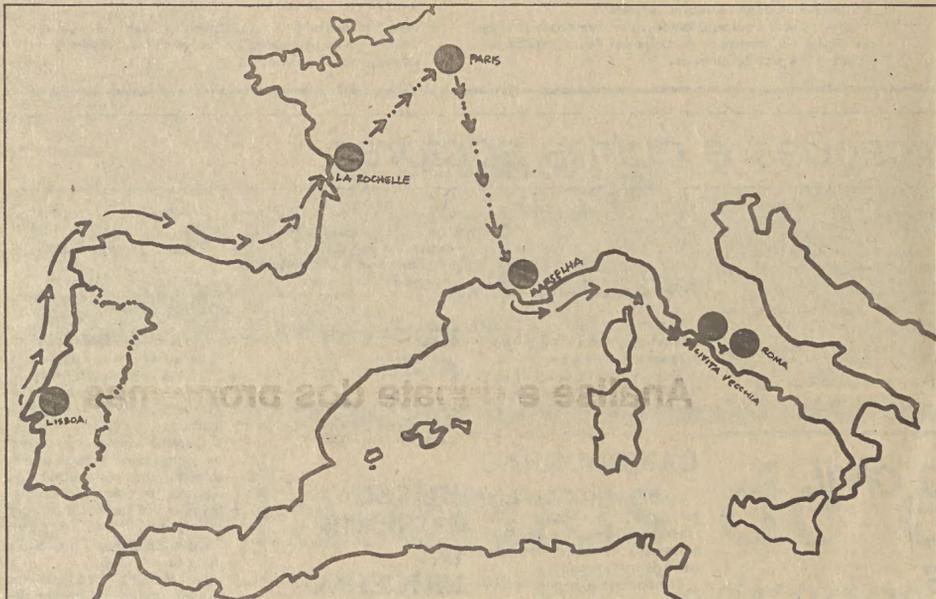
nossa diplomacia eram tais que o monarca até já pensava em soluções tão extremistas?

A componente religiosa também influenciou o desenrolar da actividade diplomática. Recorde-se, a propósito, que a Guerra dos Trinta Anos tinha tido como base uma motivação religiosa. Portugal, como país católico, encontrou sérios entraves junto de países protestantes. Tendo em conta todos estes condicionamentos, de que aqui demos uma breve panorâmica, é fácil concluir que a diplomacia portuguesa nunca teve os meios necessários para ser, a todos os títulos, verdadeiramente eficaz.

Nos casos pontuais as iniciativas diplomáticas tiveram resultados negativos, uma vez que as nossas propostas não eram normalmente aceites. Isto não quer dizer, contudo, que a actividade diplomática, na perspectiva mais ampla, não tenha sido fundamental à consolidação do novo poder político criado em Portugal na sequência do 1.º de Dezembro de 1640. Aliás, é de inteira justiça sublinhar que o período (16 anos) que medeia entre essa data e a morte de D. João IV foi um dos mais activos em toda a História da Diplomacia portuguesa.

## Bibliografia consultada:

- António Sérgio — Breve Interpretação da História de Portugal. Conde da Encroura — Portugal Restaurado.
- Damião Peres — História de Portugal (Edição de Barcelos).
- Durval Pires de Lima — As Relações de Portugal com a Suécia durante a Restauração (in Anais da Academia Portuguesa de História, vol. VII pp. 323 a 426).
- Edgar Prestage — As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668.
- Edgar Prestage/Karl Mellander — A Relações Diplomáticas e Comerciais entre a Suécia e Portugal de 1641 a 1670.
- Eduardo Brásão — História Diplomática de Portugal (vol. I).
- Fortunato de Almeida — História de Portugal.
- Joel Serrão — Dicionário da História de Portugal (vários artigos).
- Moses Bensabat Anzalak — As Relações Diplomáticas entre Portugal e a França no Reinado de D. João IV.
- Oliveira Marques — História de Portugal.



Falar dos problemas e características que envolveram a ampla actividade diplomática pós-Restauração implica obrigatoriamente uma referência, mesmo que breve, às numerosas dificuldades que neste período (século XVII) se registavam ao nível das comunicações e transportes que, como sabemos, estavam reduzidos às vias marítimas (navios a vela) ou então às precárias vias terrestres onde se deslocavam somente cavaleiros ou carruagens. Só que no caso português a questão não ficava por aqui. Com efeito, o condicionamento geopolítico criado com a Guerra dos Trinta Anos em nada facilitava a circulação de diplomatas portugueses quer por terra quer por mar. Uma imagem bem elucidativa do que referimos é-nos dada, por exemplo, pelos obstáculos encontrados pela primeira delegação portuguesa enviada a Roma, D. Miguel de Portugal e comitiva, que partiram a 15 de Abril de 1641 e só chegaram a Roma a 20 de Novembro desse ano (portanto, a viagem durou cerca de sete

meses!!!), estavam impedidos de atravessar a Península, do mesmo modo que não podiam entrar pela Itália do Norte, nem navegar no Mediterrâneo, onde corriam o risco de serem detidos pelos navios espanhóis que por ali habitualmente circulavam.

A delegação diplomática do nosso país só conseguiu chegar ao Vaticano graças à ajuda francesa. O itinerário da viagem, como se pode constatar no nosso mapa, teve de ser o seguinte: de Lisboa até La Rochelle por mar; de Rochelle a Marselha, passando por Paris — via terrestre; e finalmente de Marselha para Civita Vecchia por Mar. Desta última localidade seguiram então para Roma, sempre com o auxílio francês. O perigo espanhol era constante, em particular no estreito de Gibraltar. Aliás, para se ter uma ideia da presença espanhola no continente europeu (ocidente) basta lembrar que ela se estendia por Galiza, Navarra, Castela, Andaluzia, Biscaia e Milão.

## Congresso no 24.º aniversário do MPLA

## O povo angolano determinado no reforço do seu Partido no avanço da sua Revolução

Em Declaração emitida na passada terça-feira a propósito do 24.º aniversário da criação do MPLA e 3.º aniversário do MPLA-Partido do Trabalho, que se festejarão no próximo dia 10 de Dezembro, o Bureau Político do CC do MPLA-Partido do Trabalho exorta à consolidação da unidade do Partido e do povo angolano, à participação revolucionária dos seus militantes e de todo o povo de Angola no próximo Congresso Extraordinário do MPLA e na materialização das orientações que aí serão traçadas.

Depois de sublinhar o papel do MPLA, vanguarda do povo angolano na luta pela independência nacional, e importância da sua constituição como partido marxista-leninista, dirigente da luta pela construção do socialismo em Angola, aquele órgão dirigente do MPLA-PT recorda as decisões do I Congresso, visando arrancar o País ao subdesenvolvimento e à dependência, e refere-se aos erros que é necessário corrigir e ao trabalho em curso dos seus militantes para «perspectivar o caminho que havemos de trilhar, para alcançar o bem-estar, a felicidade e a prosperidade do

nosso povo, objectivo principal da Revolução Angolana».

Nos últimos meses — prossegue a Declaração — um intenso trabalho preparatório do Congresso Extraordinário, a realizar a partir do próximo dia 17, tem resultado em inúmeras propostas e sugestões dos militantes e organizações do Partido, visando imprimir uma nova dinâmica do desenvolvimento económico e social de Angola.

Este intenso trabalho preparatório teve o seu seguimento com a realização das Conferências municipais e provinciais, organismos superiores do MPLA-Partido do Trabalho nos respectivos níveis e que pela primeira vez na vida da nossa organização se reuniram para análise de questões fundamentais para a vida do Partido, do Estado e da sociedade. Os resultados obtidos nestas Conferências mostram o grau de maturidade política dos membros do Partido que, com coragem e espírito crítico, apontaram frontalmente os êxitos e os erros que se têm verificado na aplicação da nossa estratégia de desenvolvimento e que com rigor necessário

elegeram os delegados ao Congresso e seleccionaram os candidatos a membros do Comité Central.

Esta actividade, que vem na sequência do grande esforço desenvolvido pelos comités preparatórios dos diferentes escalões, cria as condições para que a partir do dia 17 de Dezembro se reúna o órgão supremo de direcção do nosso Partido, cujas decisões certamente contribuirão para o reforço da unidade do Partido, para consolidação da Ideologia do proletariado e para implementação das medidas que conduzam ao estabelecimento progressivo das relações de produção socialistas.

Corrigir os erros e definir os objectivos

O Bureau Político do MPLA sublinha mais adiante a necessidade de corrigir os entraves surgidos na aplicação da política económica do Partido e definir as novas metas a atingir durante o próximo quinquénio nos diferentes sectores da vida económica e social do País.

Efectivamente, se, por um

lado, razões de carácter objectivo ligadas ao esforço de guerra que nos é imposto pela África do Sul, à nossa pouca experiência da organização e gestão, à falta de quadros e à inexistência de dados que permitissem um real conhecimento das capacidades instaladas, levaram a que não tivessem sido cumpridas algumas das orientações traçadas, por outro lado devemos reconhecer os nossos erros e as nossas insuficiências na actividade de controlo rigoroso da aplicação da política traçada.

É assim que nem sempre tem sido possível generalizar a todos os responsáveis do Partido e do Estado a consciência da necessidade do cumprimento das decisões superiores, levando a que esta atitude negativa se transmita a outros quadros e trabalhadores. Assiste-se deste modo a que alguns responsáveis e trabalhadores não assumam uma clara responsabilidade das tarefas que devem executar, levando à quebra da autoridade, criando-se as condições para que se

instale a indisciplina e a anarquia, propiciando o desenvolvimento no nosso seio das ideias e práticas do nosso inimigo clássico.

Tudo isto tem sido possível porque não se combate eficazmente a Ideologia burguesa e as manifestações pequeno-burguesas que se expressam pela corrupção moral e material, pela demagogia e populismo, pelo apadrinhamento, pela promoção da incompetência, pela prepotência, pelo espírito de «deixa andar», pela passividade e não cumprimento das orientações superiores, pela utilização oportunista do sentimento tribal e regional e do preconceito racial.

Por isso, o nosso Partido orienta todos os seus membros para o combate sem tréguas a todas essas práticas que impedem que os nossos programas de desenvolvimento económico e social sejam cabalmente cumpridos (...)

Pelo reforço orgânico e ideológico do Partido

Neste combate a nossa arma principal é o MPLA-Partido do

Trabalho. É pois necessário reforçá-lo do ponto de vista orgânico e ideológico e consolidar o seu prestígio junto das massas. As células do nosso Partido são assim chamadas a um intenso trabalho de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores, com vista a que se atinjam elevados índices de produção e produtividade, base principal para que se satisfaçam as necessidades fundamentais do nosso povo.

A nossa experiência, temperada nas dificuldades e vitórias que têm caracterizado a trajectória da nossa luta revolucionária, permitem-nos olhar com confiança o futuro, pois que o povo angolano e os militantes do MPLA-Partido do Trabalho já demonstraram um elevado espírito combativo pela construção de uma sociedade socialista em Angola.

Reafirmando, a finalizar, a inquebrantável solidariedade internacionalista do MPLA-PT em relação aos povos que ainda lutam contra o colonialismo, o neocolonialismo e o racismo, traduzida nomeadamente no apoio político, moral e material aos patriotas da



Mais uma vez em festa e coeso na determinação de vencer, o povo angolano, nas vésperas do Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho, comemora o 24.º aniversário da criação do MPLA e 3.º aniversário do MPLA-PT

Namíbia e da África do Sul, o Bureau Político do CC do MPLA exprime a sua confiança nas vitórias que o povo angolano alcançará sob a direcção do seu partido de vanguarda.

Embora jovem, o MPLA-Partido do Trabalho tem vindo

a afirmar-se como um partido marxista-leninista, capaz de, juntamente com as forças progressistas e revolucionárias de todo o mundo, lutar pela libertação completa da Humanidade, pela paz e progresso social dos povos.

Semana

3 Quarta-feira 1979 - Começa a votação de um referendo no Irão...

A Câmara dos Representantes do Congresso norte-americano aprova o projecto de lei para o exercício financeiro de 1981...

4 Quinta-feira 1972 - Golpe militar em Honduras depõe o presidente Ramón Ernesto Cruz...

A União Soviética propõe na Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, a decorrer em Madrid...

1977 - O «Bantustão» de Bophuthatswana é declarado «independente» pelo regime racista da África do Sul...

A Síria e a Jordânia anunciam a retirada das respectivas tropas até agora estacionadas na fronteira comum...

6 Sábado 1971 - Os EUA lançam a nave «Apolo-17», que executa a 6ª e última exploração lunar norte-americana.

Gracias à solidariedade e pressões internacionais, os dirigentes da Central Operária Boliviana Simon Reyes e Juan Lechin são libertados...

7 Domingo 1941 - Ataque japonês à esquadra americana em Pearl Harbour, no Pacífico.

O presidente soviético Leonid Brejnev inicia uma visita oficial à Índia...

8 Segunda-feira 1978 - Morre Golda Meir, antigo primeiro-ministro de Israel, tinha 80 anos.

O secretário-geral do Partido Comunista Italiano, Enrico Berlinguer, adverte contra o risco de colapso institucional enquanto se mantiver em Itália o actual esquema de poder...

9 Terça-feira 1905 - Separação da Igreja do Estado, em França.

John Lennon, um dos elementos do conjunto musical britânico «The Beatles» que nas décadas de 60 e 70 revolucionaram o panorama da música ligeira ocidental...

Os EUA vão intervir em El Salvador?

Nos últimos dias, a situação política em El Salvador agravou-se sensivelmente, isto partindo do princípio de que é ainda possível agravar o que quer que seja num país latino-americano devastado pelo terror fascista.

Primeiro, foi a notícia de que o coronel Adolfo Majano, membro da Junta Militar que governa o país, deixara de fazer parte daquele órgão...

intensões dos militares ultradireitistas que com ele partilhavam o poder. Esta acção, aliás, a confirmar-se, vem culminar toda uma expansão das forças de direita no país iniciada logo após terem sido conhecidos os resultados eleitorais norte-americanos que deram a vitória a Reagan.

o sector das Forças Armadas que se poderia opor à ditadura mais abertamente por parte da Junta fica com menor poder de manobra. Com esta nova situação quem ganha são os latifundiários salvadoreños e os monopólios norte-americanos, aliás os verdadeiros donos do país.

Segundo tudo indica, foram as próprias Forças Armadas de El Salvador as responsáveis do assassinio das freiras, e o próprio chefe da Igreja Católica salvadoreña, bispo Arturo Rivera e Damas, acusou a Junta da morte das freiras ao atribuir-lhe as responsabilidades das acções das Forças Armadas.

O juiz, que teve a seu cargo as primeiras diligências para descobrir os culpados, averiguara certamente indícios suficientes para inculpar os assassinos e por isso foi morto. Acções deste tipo são frequentes e até naturais nos países latino-americanos controlados pelo imperialismo.

E a América, sempre tão preocupada com a «violação dos Direitos do Homem», esquece o que se passa à sua porta, como antes ignorara o que os seus «marines» fizeram no Líbano, S.

Domingos, para não falarmos do Vietname, Camboja e Laos. Entretanto, a união das forças democráticas em El Salvador representa um sério perigo para os desígnios ultradireitistas da Junta Militar.

A Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional fê-lo sentir ao afirmar: «A Junta não tem capacidade política, nem militar para ganhar a guerra que ela própria

desencadeou. Há apenas duas alternativas possíveis - a vitória político-militar do movimento democrático ou, se os Estados Unidos decidirem intervir com as suas tropas, a possibilidade de El Salvador se transformar no Vietname da América Central.»



O país mais pequeno da América Central

El Salvador, o país mais pequeno da América Central, tem a maior taxa de natalidade (3,7% por ano) e a maior densidade populacional do continente (200 habitantes por Km²).

Com uma superfície de 21 041 Km², confina a Norte com a Guatemala, a Este com as Honduras, a Oeste com o Oceano Pacífico e a Sul com a Nicarágua.

A sua população, em 1980, era de 4 397 000 pessoas. A taxa de mortalidade infantil é de 55 por mil. Possui, em 1975, um médico para 4 081 habitantes e a percentagem de analfabetos, nesse mesmo ano, era de 42 por cento do total da população.

De salientar que 40 por cento da população vive nos principais centros urbanos. Segundo os últimos dados a população economicamente activa era 1 359 000. Destes, 52% dedicava-se à agricultura.

Em 1975, o índice de desemprego rondava os 10 por cento. As principais exportações de El Salvador são o café, algodão e têxteis, dirigidas essencialmente para os EUA, Guatemala, RFA, Japão e Costa Rica.

Após a queda de Somoza, na vizinha Nicarágua, intensificou-se a luta contra a ditadura de Romero que vem a cair em 15 de Outubro de



1979 pela acção das Forças Armadas, que formam uma Junta Militar para governar o país.

O golpe é recebido com reservas pela oposição democrática que desconfia da influência americana no golpe militar. O futuro viria a confirmar as suas suspeitas.

Na altura os novos dirigentes militares prometem eleições livres, solidariedade com a Nicarágua, o estabelecimento de relações diplomáticas com Cuba, a formação de sindicatos, promover reformas sociais de grande alcance e uma completa investigação às violações dos direitos humanos durante o regime derrubado. Nada foi cumprido.

Unidade da esquerda factor determinante

A actual situação política em El Salvador é um exemplo do mais profundo isolamento social dos que exercem o poder com o apoio claro do imperialismo, e da mais ampla unidade de todas as forças democráticas do país.

Recordemos alguns factos importantes dos últimos meses: Dezembro de 1979 - O Partido Comunista de El Salvador, o Exército Revolucionário do Povo e as Forças Populares de Libertação foram a Coordenadora Revolucionária Nacional de Massas. Em Janeiro de 1980 esta organização é alargada a outras organizações sociais e políticas.

Após o assassinato de Romero, arcebispo de El Salvador, pelas forças de direita, foi constituído um amplo agrupamento legal, a Frente Democrática Revolucionária, integrada por mais de 50 organi-

zações: associações camponesas e estudantes, sindicatos, grupos de sociais-democratas e democratas-cristãos - hoje a maior organização política do povo de El Salvador.

Malo de 1980 - Formada a Direcção Política e Militar Unificada das organizações de massas.

Outubro de 1980 - Fundação da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional pela Direcção Revolucionária Unificada Político-Militar, constituída por: Partido Comunista de El Salvador, Forças Populares de Libertação, Exército Revolucionário do Povo.

O progressivo processo de unidade - nem fácil nem isento de problemas - assenta em fortes organizações revolucionárias e progressistas.

Partido Comunista de El Salvador - estreitamente ligado à influente

União Democrática Nacional, através da qual os comunistas salvadoreños trabalham nos sindicatos.

Forças Populares de Libertação - têm como alta política legal o Bloco Popular Revolucionário, a maior organização oposicionista apoiada pelos camponeses e parte da classe operária.

Exército Revolucionário do Povo - representado na arena política pelas Ligas Populares «28 de Fevereiro».

Frente Democrática - constituída paralelamente à Coordenadora Revolucionária, engloba o Movimento Nacionalista Revolucionário (ligado à Internacional Socialista), o Movimento Social Cristão (desligado da Democracia Cristã), o Movimento Independente de Professores e Técnicos de Salvador (que inicialmente alinhou com a Junta), o Movimento de Militares na

Reserva (dirigido pelo coronel Ernesto Claramount que em 1977 ganhou as eleições presidenciais).

Frente Democrática Revolucionária - constituída pela Coordenadora Revolucionária Nacional de Massas e pela Frente Democrática - tem uma plataforma de governo com um programa democrático anti-imperialista e anti-oligárquico que abre caminho ao socialismo.

Inserindo-se neste amplo e decisivo processo de unidade, e já nos primeiros dias de Dezembro, as nove organizações sindicais mais influentes do país decidiram criar uma central sindical única - o Comité de Unidade Sindical - que, conforme é salientado pelos seus dirigentes, «permitirá intensificar a luta da classe operária pela satisfação das reivindicações políticas e económicas».

II Congresso do PC de Cuba

Cinco anos passados sobre o I Congresso, que se realizou em Havana em 1975, vai ter lugar na próxima semana o II Congresso do Partido Comunista de Cuba.

Desde então, grandes avanços se verificaram no país, no caminho da construção da sociedade socialista. O nível de vida material e cultural do povo cubano não cessou de crescer, o que se reflectiu nomeadamente no aumento do rendimento «per capita», da Segurança Social, do consumo total da população.

Alguns números: as empresas estatais especializadas construíram neste período à volta de 80 000 novas habitações, melhorando as condições de vida de mais de 350 000 pessoas, principalmente nas zonas agrícolas e industriais. Na Educação ultrapassou-se, durante este quinquénio, os 3,3 milhões de alunos, o que significa que em cada três cubanos estuda, tendo-se formado no Ensino Superior 41 954 estudantes, o que quase duplica a cifra atingida no período anterior.

No campo da Saúde, para avaliar os progressos, basta recordar que se mantiveram os baixos índices de mortalidade infantil e erradicou-se definitivamente do país a poliomielite, a difteria e o paludismo, alcançando-se, por outro lado, um índice de um médico por 650 habitantes, um dos melhores índices do continente.

Por outro lado, cumprindo o princípio do internacionalismo proletário estabelecido na plataforma programática do Partido, milhares de trabalhadores inter-

nacionalistas cubanos contribuíram activamente neste período para o desenvolvimento económico e social de outros povos.



A juventude cubana participa na construção de um futuro que já começa a ser vivido no presente

Certamente que este II Congresso, a realizar na próxima semana, abrirá novos caminhos para o aprofundamento das conquistas e avanços concretizados pelo povo cubano na sua exaltante caminhada para a construção de uma sociedade socialista.

Na «Revista Internacional»: Análise e debate dos problemas que preocupam a opinião pública

Com a breve saída do próximo número, relativo a Dezembro, completa-se mais um ano de publicação da Revista Internacional, mensário teórico e informativo dos partidos comunistas e operários editado há mais de 22 anos, publicado actualmente em 37 línguas e difundido em 145 países - entre os quais, recorde-se, Portugal, o que acontece desde 1974.

Ao longo dos anos, a importância da revista não tem deixado de aumentar. Aos 18 partidos que tomaram a iniciativa da sua edição vieram juntar-se muitos outros, de tal modo que o seu Conselho de Redacção inclui hoje 61 partidos. «Tribuna internacional erguida pelos partidos irmãos na base de princípios comuns e destinada a trocar experiências, informações e pontos de vista», a Revista Internacional, nas palavras do seu director, Konstantin Zarodov, membro suplente do CC do PCUS, «pretende participar directamente no intercâmbio e confronto de opiniões dentro do movimento comunista internacional, no difícil processo de procura de respostas às interrogações que a vida contemporânea coloca perante os revolucionários».

«Os problemas que preocupam a opinião pública», diz Zarodov, «são debatidos em artigos isolados ou agrupados em séries temáticas. Também se realizam conferências, simposios, mesas-redondas internacionais, etc. No decurso dos debates exprime-se - com lógico reflexo nas páginas da revista - perspectivas diversas, pontos de vista não coincidentes e, por

vezes, opostos, cujo confronto contribui para a procura da verdade».

Diz ainda Zarodov: «Está excluído que no decurso da discussão alguém imponha o seu critério aos demais participantes. Tal como no movimento comunista internacional não existe um centro dirigente, também a revista não pretende de nenhum modo desempenhar o papel de publicação «indicativa». No trabalho da nossa revista são lei a mais estrita colegialidade e o pleno respeito das opiniões de cada partido. Assim se compreende que o conteúdo das diferentes edições nacionais seja idêntico. Quando o leitor examina a revista editada em inglês ou russo encontra o mesmo do que a lê em francês, espanhol ou árabe».

«Um traço característico é que os autores não se limitam a reflectir o curso dos acontecimentos mundiais, esforçando-se igualmente por proporcionar aos leitores coordenadas científicas que lhes permitam orientar-se na análise desses acontecimentos. Em cada número o leitor encontra artigos de Secretários Gerais ou Primeiros Secretários de Comités Centrais, de outras figuras destacadas dos partidos comunistas e operários, de cientistas marxistas, de dirigentes e organizações e movimentos democráticos internacionais».

«Planos para o próximo ano? Zarodov refere alguns aspectos: «Projectamos examinar a fundo a dialéctica da guerra e da paz nos últimos dois decénios; as razões

objectivas do processo revolucionário dos nossos dias; o desenvolvimento da concepção do socialismo à luz da experiência prática actual; os meios para consolidar as conquistas revolucionárias. Publicar-se-á uma série de materiais contendo uma análise do desenvolvimento mundial nos anos 70 e as perspectivas para os anos 80. Para esta finalidade contamos com a colaboração dos principais centros de investigação científica de muitos países».

«Na revista - sublinha ainda Zarodov - ocuparam um importante lugar os próximos congressos dos partidos comunistas e operários. Diversos artigos debruçaram-se sobre o papel do partido na sociedade socialista, as vias e as formas da sucessiva democratização das estruturas sociais, o aperfeiçoamento da gestão da economia nacional, a situação e o papel dos sindicatos no socialismo».

«Uma série de materiais contendo uma profunda análise da economia política da crise nos países de capitalismo desenvolvido proporcionará uma ideia acerca da dinâmica actual dos processos socioeconómicos. Outra série de artigos será dedicada aos problemas actuais do avanço para o socialismo nos países em vias de desenvolvimento. O exame destes temas será completado pelas nossas «reportagens desde o local dos acontecimentos», as quais, como se tem visto, ganharam a simpatia dos leitores. Propomos-nos por isso no próximo ano publicar com regularidade este tipo de informações políticas».

Economia soviética traça caminhos

No passado dia 2 foi divulgado em toda a imprensa soviética o projecto do documento sobre as Grandes Opções de Desenvolvimento Económico e Social da URSS para o próximo quinquénio (81-85) e até 1990. A proposta do Plano, agora sujeita a debate público, foi elaborada pelo CC do PCUS e terá forma definitiva após a sua aprovação pelo XXVI Congresso, a realizar em Fevereiro do próximo ano.

O documento, que integra um balanço dos resultados conseguidos ao longo deste quinquénio (1976-80), dedica especial atenção à forma satisfatória como evoluíram os indicadores sociais e formula críticas relativamente ao aproveitamento das vantagens decorrentes do sistema da economia planificada.

No capítulo respeitante ao Projecto do Plano a médio prazo, a opção principal do XI quinquénio surge subordinada a critérios que visam a melhoria do bem-estar do povo soviético com base no desenvolvimento estável da economia, aceleração do progresso técnico-científico, aproveitamento mais intensivo e racional dos recursos e melhoria da qualidade do trabalho.

O projecto concede especial atenção ao desenvolvimento da capacidade energética do país, prevendo-se a produção de 1,6 biliões Kw/h de energia eléctrica, a extração de 645 milhões de toneladas de petróleo e gás e a produção de 800 milhões de toneladas de carvão. No campo da produção agrícola, prevê-se o seu crescimento entre 12 a 14%.

Quanto ao aumento do rendimento real per capita, cifrar-se-á entre 16 a 18%, prevendo-se um crescimento dos fundos sociais de consumo em cerca de 20%. Serão ainda distribuídos 540 milhões de metros quadrados de superfície habitável e aumentadas as pensões de reforma, esperando-se que no fim do quinquénio estarão iguais às condições de segurança social dos kolkhosianos e dos trabalhadores das empresas estatais.

O capítulo consagrado à promoção das relações externas indica que a URSS continuará a encorajar as trocas internacionais e a cooperação económica, científica e técnica com os países estrangeiros, aproveitando-as como forma de rentabilização progressiva da produção social.

Humanos, estes Direitos?!

Andrew Young, ex-embaixador dos EUA na ONU e Prémio Nobel da Paz 1980 apresentou recentemente em Madrid um relatório sobre «Os Prisioneiros Políticos nos EUA», aproveitando o facto de estar a decorrer na capital espanhola a Conferência de Segurança Europeia. É evidente que Young não apresentou o seu relatório na Conferência, aproveitando apenas uma outra conferência «paralela» de três dias sobre o «desarmamento e os Direitos do Homem» levada a cabo por pacifistas na capital espanhola.

Nesse relatório Andrew Young denunciou nomeadamente a existência de dezenas de milhares de presos políticos no seu país, «vítimas da repressão governamental e de uma legislação racista, autora de crimes e ofensas contra personalidades políticas ou simples detidos «polinizados» durante a sua prisão. Não foi a primeira vez que Young referiu este clima repressivo nos EUA - fê-lo pela primeira vez na ONU, o que lhe viria a custar o lugar de embaixador do seu país neste organismo internacional.

Dias depois novo facto viria a ocupar as agências internacionais, acrescentando ao depoimento de Young mais dados demonstrativos de como se respeitam os «Direitos Humanos» nos EUA: referimo-nos ao final da «Marcha para a Sobrevivência», que desembocou em frente à sede da ONU no passado dia 28 de Novembro, em Nova York, fazendo confluír ali largas centenas de índios norte-americanos, apresentando 80 tribos, vindos numa caminhada de meses, das diversas «reservas» onde o governo norte-americano os confinou. Chegaram, organizando de imediato uma greve da fome de quatro dias frente à sede da ONU, em sinal de protesto contra a política de genocídio praticada pelas autoridades dos EUA em relação aos índios, que vai desde todo o tipo de discriminação económica, cultural e social, à esterilização forçada e programada das

mulheres índias passando pela confiscação das terras que lhes foram atribuídas em tratados às vezes velhos de mais de um século.

E na Europa?

Se os EUA, como este fundamental do imperialismo, são o grande «produtor» das mais variadas discriminações e repressões (políticas, económicas e raciais), os seus parceiros europeus não lhes ficam atrás, principalmente em áreas relacionadas com a economia cuja crise cada vez mais aguda provoca um assustador aumento do desemprego.

Este fenómeno caracteristicamente capitalista atingiu índices impressionantes e intoleráveis em quase todos os países ocidentais desenvolvidos, da Grã-Bretanha à RFA, passando pela França e a Itália. Tal situação agrava-se extraordinariamente quando os governos pretendem resolver as crises através de um maior «empenhamento» na exploração dos trabalhadores. É o caso do actual gabinete conservador da sr. Thatcher, cuja política de recuperação económica à custa de restrições à Segurança Social, do aumento dos impostos e do desemprego e do ataque aos direitos e regalias dos trabalhadores, lançou o país numa crise profunda.

É por isso que a sr. Thatcher se vê cada vez mais contestada e a braços com a forte resistência dos trabalhadores do seu país à sua política, como ficou bem evidente na recente «marcha contra o desemprego» realizada na cidade de Liverpool e que mobilizou cerca de 150 000 manifestantes. É por isso que o imperialismo se lança com crescente afinco na sua demagógica campanha de «Direitos Humanos», procurando com ela desviar a atenção dos povos das enormes, diárias e crescentes violações a esses mesmos direitos praticados sem rebuços dentro das suas fronteiras.

# A linguagem despejada, o acervo de mentiras, as chantagens, os insultos soezes

**A campanha eleitoral para as eleições presidenciais foi conduzida pelas forças da «AD» em moldes que é necessário não esquecer. Poucas vezes se terá assistido em Portugal a um tal desdobrar de ameaças, calúnias, insinuações, chantagens, manipulações, mentiras como aquelas a que, desesperadamente, os dirigentes políticos da reacção recorreram para tentar condicionar, intimidar e enganar o eleitorado.**

**Noutro local deste número do «Avante!» referimos o que foi a abjecta utilização feita muito especialmente pela RTP e RDP dos funerais de Francisco de Sá Carneiro e Amaro da Costa. Nesta página recolhemos alguns poucos exemplos do que foi a linguagem despejada, o acervo de mentiras, os insultos soezes, as e as chantagens que foram dirigidas ao povo português e em que a direita se retratou.**

**Alguns merecem especial realce.**

**Cabe, na verdade, perguntar pela verticalidade política de homens que tragam a um povo o irresponsável retrato de futuro que os presidentes do PPD e do CDS traçaram na conferência de imprensa que se seguiu ao anúncio da desistência de Carlos Brito: não se trata de uma análise minimamente lúcida sob o ponto de vista político. É sim um frenesim anticomunista digno dos mais obtusos tempos de McCarthy ou Salazar, um estendal de afinal inúteis ameaças e falsidades.**

**Há igualmente que verificar quão fundo e forte a «AD» jogou nas eleições presidenciais. Seria um profundo erro imaginar que se tratou de um erro tático: bem pelo contrário, o amarrar evidente do destino da coligação direita aos destinos do seu candidato fascizante à Presidência revela o cariz totalitário e subversivo do projecto da direita: a vitória eleitoral de Outubro, a maioria na Assembleia, o próprio governo — não eram suficientes para que a «AD» pusesse impor o seu programa. Para tanto seria necessário o controlo total — totalitário — dos órgãos de Poder, o controlo total dos meios de comunicação, o controlo total das Forças Armadas e de segurança. O que por si só revela que o que a «AD» efectivamente propõe ao povo português a própria «AD» sabe que só lhe poderá ser imposto e nunca livremente aceite.**

**Sublinhe-se ainda o vesgo anticomunismo que perpassa em todas as afirmações, a subserviência indigna perante o imperialismo, a NATO, o estrangeiro. Entre votos de cidadãos portugueses e imposições da NATO, Mota Pinto escolhe, esclarecedoramente os segundos.**

**O reconhecimento pela direita do precioso papel que poderia ter desempenhado a divisão das forças democráticas deveria igualmente constituir uma lição para todos os que jogaram nessa divisão. A significativa concordância entre Ângelo Correia e Otelo Saraiva de Carvalho, a desvelada ternura dedicada à posição de Mário Soares valem como outras tantas confirmações do que em tempo foi afirmado sobre o real significado de posições que em nada contribuíram para a vitória do 25 de Abril que, mesmo assim, o povo português edificou no passado domindo.**

**Finalmente, apenas o reparo à pacovice, à baixaza, ao furor lacaio de um jornalista lorde e insultuoso que sal da pena dos plumitivos da reacção. Não se sabe se a última sensação que fica é a de indignação pelo insulto e a mentira, se a gargalhada pelas linhas néscias e presunçosas dos «analistas» da reacção.**

**Mesmo aqui, porém, há um significado a tirar. Esta linguagem entre ameaçadora e embusteira, entre insultuosa e desavergonhada é a verdadeira imagem de mentalidade caceteira que se pretende impor a um povo, do tom que se pretende impor a uma Informação, do estilo que se pretende aplicar a uma política.**

**Aqui fica uma pequena amostra — para que não esqueça. Até porque os perigos — bem como a luta — continuam.**

«Sucede que nunca a Televisão portuguesa foi tão isenta como agora e basta ver o «naípe» imenso de jornalistas e de políticos que Duarte Figueiredo tem convidado para os já famosos debates televisivos. Ora Eanes ignorou esse esforço de isenção, de seriedade e de profissionalismo, apresentando-se diante das câmaras como um vulgar comício, sem senso, nem responsabilidade».

Nuno Rocha, no «Tempo» — 27/XI

«A base de sustentação ideológica desta candidatura é portanto nula, porque anulada pelas suas próprias contradições, o que gera o grande equívoco. Assim sendo, o general Eanes carece de uma força real cimentadora dessa desunião (...)

Ângelo Correia — 13/XI

Freitas do Amaral definiu a personalidade de Eanes como «ambígua, desleal e caracterizada pela guerra permanente contra a Aliança Democrática», acentuando que «não podemos consentir na suprema magistratura da Nação um Presidente da República com duas caras, duas palavras e tamanha ambição de poder que aceita todos os negócios e compromissos só para não perder a cadeira».

«O Dia» — 27/XI

(...) «a vera imagem do candidato Eanes: uma personalidade caracterizada pela indefinição, que se esconde no recurso sistemático aos chavões de uma cartilha demasiado gasta para ainda convencer quem se preze de um mínimo de inteligência».

Torquato da Luz — «A Tarde» — 21/XI

«A incongruência, a indefinição e a ambiguidade das afirmações, tudo isso se encontra de cada vez que Ramalho Eanes entende fazer declarações públicas».

José Vacondes — «O País» — 21/XI

«Ramalho Eanes (...) não se comportou como um Presidente digno (...) não pode reivindicar para si um estatuto de coerência e dignidade (...) as regras e a moral, a razão e a responsabilidade não são propriamente as características do mandato que tem cumprido (...) toda a sua conduta de militar e político levanta interrogações (...)

Alves Fernandes, redactor principal, em «Tempo» — 27/XI

«O general Eanes comporta-se como um antipoder — age por impulsos negativos, procura o embate, concebe o poder como fim em si mesmo e não como instrumento de realização de um projecto.

Não tem iniciativa política, é o homem dos cenários, do compromisso dos contrários, das opções sem intenção e sem objectivo. Da sua acção resulta sempre e necessariamente o impasse, a não-solução».

Azevedo Soares, CDS — 24/XI

«Com o esforço de todos, incendiaremos com o nosso entusiasmo Lisboa e o País. É preciso que Cunhal se tenha enganado e a esquerda não ganhe, é preciso que os portugueses não sejam enganados por esse grande mentiroso que é o general Eanes».

Nuno Krus Abecasis, 23/XI

Se o Presidente da República, Ramalho Eanes, ganhar a eleição de domingo próximo provocará uma crise de consequências imprevisíveis. As consequências imediatas serão as seguintes:

1. Sá Carneiro e Freitas do Amaral pedem imediatamente a sua demissão do Governo.
2. Todo o Governo os seguirá (isto é, todos os ministros se demitirão também).
3. A Intersindical e todos os sindicatos de esquerda ganharão de novo toda a sua força e ascendência. Haverá grandes manifestações nas ruas, já na segunda-feira.
4. O Partido Comunista considerará-se o partido vencedor das eleições e voltará à sua anterior dinâmica. O dr. Álvaro Cunhal considerará-se o chefe da esquerda em Portugal.
5. Os investimentos nacionais e estrangeiros sofrerem um abalo. Haverá nova corrida aos bancos.
6. A inflação começará a subir em espiral devido à falta de controlo na área económico-financeira.
7. O Partido Socialista dividir-se-á em dois, isto é, ficarão no partido os adeptos de Eanes e os amigos de Mário Soares serão afastados. O próprio dr. Mário Soares poderá deixar o partido.
8. Haverá forte agitação nas Forças Armadas onde a maioria dos quadros de oficiais deseja a derrota de Eanes porque vêem nele o representante do movimento revolucionário de 25 de Abril de 1974 ao qual já não querem estar ligados.

As consequências a médio prazo serão as seguintes:

1. Eanes, em plena agitação política e sobre o efeito da insegurança, com o País praticamente sem Governo, iniciará consultas para poder escolher um novo Primeiro-Ministro. Será difícil encontrar no PSD e no CDS quem queira aceitar essa missão.
2. Dentro do PSD e do CDS iniciar-se-ão reuniões intermináveis com fortíssimas lutas pelo poder e ascenderão a lugares proeminentes os oportunistas que há sempre dentro de cada partido. Os dois partidos cindir-se-ão em vários grupos.

5. Como cidadãos portugueses e democratas, como líderes do PSD e CDS e como responsáveis pela Aliança Democrática, sentimos ser nosso dever político, cívico e patriótico alertar o Povo português para as consequências gravíssimas que teria para o País a eventual eleição do General Ramalho Eanes com o apoio e apoio oficial do Partido Comunista.

Essas consequências seriam de três ordens, incidindo nos planos diplomático, político e económico-social.

No plano diplomático, Portugal voltaria a caracterizar-se (como no período dos governos presidenciais de 1978-79) por uma política externa hesitante e ambígua; renasceriam as inclinações terceiro-mundistas e neutralistas; Melo Antunes voltaria a ser incumbido de diplomacias paralelas; atrasar-se-ia voluntariamente o processo de adesão à CEE, por se considerar a integração europeia de Portugal como um mal necessário, a concretizar o mais tarde possível; surgiria de novo a dúvida entre os nossos parceiros da NATO; e Portugal voltaria a ser incapaz de condenar o imperialismo soviético, cujas agressões a terceiros países o general Eanes de novo explicaria, como fez no caso do Afeganistão, não como actos reprováveis da União Soviética, mas como acontecimentos explicáveis e inevitáveis por culpa das fraquezas da NATO!

No plano da política interna portuguesa, a reeleição do General Eanes teria como consequência certa o ataque à Aliança Democrática e a tentativa acelerada da sua destruição. O Partido Comunista já declarou que se Ramalho Eanes ganhar lhe exigirá a demissão do Governo AD e, a breve prazo, a dissolução da Assembleia da República. Novas eleições legislativas e para as autarquias locais seriam então decretadas, de modo a procurar, em clima de forte intoxicação psicológica, transformar a recente vitória da AD numa derrota e na recriação em S. Bento de uma maioria de esquerda marxista. Pela primeira vez se criariam condições objectivas para um governo de «frente popular». Maria de Lurdes Pintasilgo poderia voltar a ser Primeiro-Ministro.

A Aliança Democrática, que o General Eanes começou a combater 24 horas depois de criada, seria atacada e destruída, tanto a nível nacional como nas autarquias locais. Recomeçariam os conflitos entre Lisboa e os governos regionais dos Açores e Madeira. Ficaria inviabilizada a colaboração entre o Presidente da República e os partidos democráticos, conhecida como

«Vai haver um largo número de militantes do PC, militantes mesmo, não apenas a massa eleitoral, que repudiará o apoio a Eanes, que não votará Ramalho Eanes».

Otelo Saraiva de Carvalho, 23/XI

«A simples atitude do dr. Mário Soares (...) vai desviar por arrastamento, muitos possíveis votantes no general Ramalho Eanes».

Amândio de Azevedo, 23/XI

(...) «onde terá Eanes conseguido os 40 000 contos de que precisou para a sua campanha?

(...) A segunda hipótese — a do apoio financeiro do Partido Comunista — parece portanto mais verosímil. Todo o aparelho logístico do PCP tem estado a apoiar Eanes desde o início da campanha e, portanto, é de admitir que Moscovo tenha decidido ajudar Eanes».

Nuno Rocha, no «Tempo» — 4/XI

3. A inflação continuará a galopar e os investimentos continuarão a diminuir.

4. Começará a pensar-se na dissolução do Parlamento e na preparação de novas eleições gerais para se encontrar uma nova maioria.

5. Nas Forças Armadas haverá profundas desinteligências e os oficiais mais radicais começarão a pensar num golpe militar de palácio. A direita quererá derrubar Eanes para que sejam convocadas novas eleições e para se instituir definitivamente a Democracia total. A esquerda quererá, finalmente, colocar os seus homens em Belém e em S. Bento.

As consequências a longo prazo podem enumerar-se assim, admitindo-se que Eanes vence todas as situações:

1. Não haverá revisão da Constituição.
2. O País caminhará para a economia colectivista.
3. Manter-se-á em funções o Conselho da Revolução, tal como a Comissão Constitucional.
4. Eanes tentará aplicar o seu projecto político terceiro-mundista.
5. Eanes terá a tentação de seguir a sua política externa que é de neutralismo e passa pelas boas relações tanto com o Ocidente como com os países de Leste o que nos fará perder o apoio dos Estados Unidos e do Ocidente.
6. Iniciar-se-á um processo de alinhamento pelo Leste e Portugal será um País com predominância de esquerda pois a direita e o centro até aqui aglomerados em volta da Aliança Democrática não terão capacidade para contrariar os acontecimentos. A Democracia começará a desmoronar-se.
7. Sá Carneiro e Freitas do Amaral e todos os seus amigos serão factores de perturbação permanente com tendência para conspirarem junto de militares e para levar estes a intervir no sentido de se criar em Portugal uma Democracia de sentido ocidental.

Nuno Rocha em «Tempo» — 4/XII

é a incapacidade de diálogo de Ramalho Eanes comigo, com o prof. Freitas do Amaral e com o dr. Mário Soares. A revisão constitucional tomar-se-ia praticamente impossível, sendo de prever nessa hipótese que tivéssemos de suportar mais cinco anos o inaceitável Conselho da Revolução — mantido como tal ou disfarçado em Conselho de Estado para cujos lugares o Presidente nomearia de novo o grupo político-militar revolucionário de Melo Antunes, Victor Alves, Vasco Lourenço, Charais, Pezarat, etc. O PCP voltaria à área do poder pela porta de Belém.

Em terceiro lugar, e no plano económico-social, as consequências de uma vitória do General Eanes obtida mediante o apoio do Partido Comunista são igualmente previsíveis.

Lançada por uma onda de manifestações de rua comemorativas da vitória da «frente popular», assistir-se-ia a uma explosão de reivindicações sindicais impossíveis de conter — e a inflação voltaria a crescer descontroladamente. As empresas nacionalizadas voltariam a impor défices crescentes do Orçamento. O custo de vida aumentaria em flecha e o valor do escudo tomaria a descer. Todas as melhorias conseguidas este ano pelo Governo AD se dissolveriam como açúcar na água. Os salários e vencimentos, as pensões sociais e os abonos de família — como sempre sucedeu, salvo com o Governo da AD — voltariam a subir menos do que os preços, as rendas e os impostos. O poder de compra dos trabalhadores voltaria a diminuir, como diminuiu de facto desde 1974 a 1979. O investimento estrangeiro de novo perderia a confiança.

E nem a recuperação financeira, nem o desenvolvimento económico, nem a justiça social poderiam progredir. No fundo, assistiríamos em Portugal ao surto de um novo gonçalvismo, possivelmente menos aparatoso, mas por isso mesmo ainda perigoso.

O sector privado não poderia ser incentivado, o sector público não aceitaria ser disciplinado, a Intersindical ultrapassaria de novo a UGT. Entretanto, no Alentejo, o Partido Comunista voltaria a mostrar a sua arrogância, os trabalhadores sentiriam outra vez o medo perante um controlo partidário mais forte do que o poder do Estado, as ocupações de terra recomeçariam, as reservas seriam de novo exigidas pelo Partido com fundamento em supostas ilegalidades, e a distribuição de terras seria anulada por contrária ao projecto de colectivização do Partido Comunista.

Sá Carneiro e Freitas do Amaral — 2/XII

«Um candidato que serve para Cunhal, não serve para Portugal»

Mota Pinto — 23/XI

«Como o que convém aos comunistas não convém ao País, Eanes não continuará».

Ribeiro e Castro — 5/XI

«Se Ramalho Eanes fosse eleito, registar-se-ia uma situação de absurdo, em que um País da NATO teria um Presidente da República eleito por comunistas».

Mota Pinto, 24/XI

Com vista à derrota de Eanes, «apelou para a mobilização de todo o eleitorado: «Se o não fizermos, arriscamo-nos a que o dia 8, dia da Padroeira de Portugal, seja dia de luto para nós e de alegria para o PC».

Nuno Krus Abecasis — 25/XI

«Se partirmos da hipótese de que o general Eanes ganha as eleições (...) a crise no seio da Aliança Democrática seria então mais do que provável».

Ângelo Correia — 23/XI

«O que está em causa nestas eleições é a própria existência da Aliança Democrática, cujo projecto não seria possível se na Presidência da República estivesse o candidato apoiado pelo dr. Cunhal».

Basílio Horta — 24/XI

«Não há democracia, não há Aliança Democrática, se o general Eanes ganhar»

Sá Carneiro, 19/XI

«Vamos ser muito claros. É altura de assumirmos responsabilidades, não é altura de infantilismos. Se o general Eanes for eleito, não há mais Aliança Democrática, não há mais primeiro-ministro dr. Sá Carneiro, não há mais vice-primeiro-ministro dr. Freitas do Amaral. Qualquer dia há novas eleições. Com o petróleo mais caro, com os adubos mais caros, com a situação mais difícil com a vitória, então, do PS e do PC. Nessa altura, queixem-se».

Ângelo Correia, 19/XI

«Em Portugal o projecto peruano do qual Eanes é um sobrevivente durou menos tempo porque a cultura política dos portugueses (inseridos na Europa) é mais aprofundada que a dos peruanos (integrados na América do Sul).

Nuno Rocha, em «Tempo» — 20/XI